

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

EVELYN SERRA PARENTE

TRÊS COLIBRIS:

Um estudo sobre a violência contra travestis e mulheres trans
em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ

Niterói, RJ

2023

EVELYN SERRA PARENTE

TRÊS COLIBRIS:

**Um estudo sobre a violência contra travestis e mulheres trans
em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título de Mestra em Política Social.

Área de Concentração:
Sujeitos Sociais e Proteção Social.

Orientadora:

Prof^a. Pós-Dra. Nivia Valença Barros

NITERÓI, RJ

2023

EVELYN SERRA PARENTE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título de Mestra em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Pós-Dra. Nivia Valença Barros (Orientadora)

Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Giovanna Bueno Cinacchi - Examinadora

Instituto Rede Abrigo

Profa. Dra. Joice da Silva Brum – Examinadora

Centro Universitário Gama e Souza

Profa. Dra. Angélica Oliveira Carvalho – Examinadora

Secretaria Municipal de Saúde de Macaé

Niterói, RJ

2023

Dedico este estudo às mulheres trans e travestis em situação de rua no Município do Rio de Janeiro, e aos profissionais que cotidianamente lutam pela garantia dos direitos de cidadania deste segmento tão vulnerabilizado dentre as pessoas em situação de rua.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amigos e família por todo o suporte e pelo apoio.

A minha mãe, meu exemplo de superação, sem a qual não teria cursado a faculdade. A minhas tias, que investiram no sonho de ver a primeira mulher da família formada em uma universidade.

A Guilherme Parente Munhões, meu filho e companheiro incondicional de jornada, por quem eu levanto todas as manhãs com o desejo de ser melhor do que antes.

A meu esposo, que está sempre ao meu lado me motivando a seguir em frente.

A Cenira, meus minutos diários de sabedoria.

A Nelio Georgini, pela transmissão de conhecimento de forma tão generosa, como só um educador consegue transmitir.

A Rafa Gomes, pelas gargalhadas a cada obstáculo superado.

A Nivia, minha orientadora, que me incentivou a não desanimar diante das numerosas dificuldades.

Agradeço imensamente ao Forum Intersectorial de Pessoas em Situação de Rua e ao MNPR/RJ, pelo acolhimento e pela forma generosa com que me permitiram unir-me à militância na construção de práticas menos desiguais no acesso aos direitos sociais das pessoas em situação de rua.

Agradeço ao Traviarcado, por dividir comigo as histórias sobre as desbravadoras na luta pelos direitos das travestis e das mulheres trans como Indianarae Siqueira e Luana Muniz.

Agradeço ao meu babalorixá pai Ícaro de Oxóssi, pela mão sempre estendida.

Agradeço aos amigos e companheiros da vida Renan Vinícius e Carla Beatriz, pela parceria.

Agradeço a Wilde Dorian e Jaqueline Daher, por me ampararem nos momentos de crise.

A Solange Lopes Alves e Ana Barros, por todo o carinho e frases motivacionais.

Agradeço a Matusi (in memoriam), Geovana Peres (in memoriam) e Fernanda, meus colibris, minhas inspirações para a realização desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho busca identificar as principais violências às quais estão expostas as mulheres trans em situação de rua, as formas que ocorrem e quais os serviços ofertados pelo município do Rio de Janeiro para o seu enfrentamento direcionada a população trans em situação de rua. Pautou-se em uma pesquisa qualitativa com entrevistas aplicada de forma semi-estruturada. Foram categorizados três elementos de análise à partir dos dados coletados: perfil das usuárias, tipos de violências sofridas e serviços ofertados no município do Rio de Janeiro. Buscou-se analisar a oferta de políticas públicas destinadas para esse grupo de mulheres no município do Rio de Janeiro. Foi possível identificar três elementos de análise: perfil das interlocutoras, interseccionalidade e violência de gênero. Buscou-se identificar as principais dificuldades enfrentadas por mulheres trans em situação de rua e as principais violências sofridas. A partir desse estudo foi possível considerar que: a violência praticada contra mulheres trans em situação de rua está relacionada a práticas preconceituosas e racistas; que os mecanismos necro-políticos nas ações ou omissões do Estado são fatores estruturantes e também observar que a violência institucional praticada por agentes de segurança pública é um presente neste cenário. A pesquisa aponta para o entendimento de que a transfobia molda práticas institucionais preconceituosas e a rejeição dos corpos ditos inadequados sob a ótica da cis-heteronormatividade, como no caso das abordagens policiais truculentas.

Palavras-chave: situação de rua, identidade de gênero, transexualidade e violência de gênero.

ABSTRACT

The present work seeks to identify the main forms of violence to which trans women living on the streets are exposed, how it occurs and what services are offered by the municipality of Rio de Janeiro for this population segment. The qualitative research will be applied in a semi-structured way. It is intended to categorize three elements of analysis from the collected data: profile of users, types of violence suffered and services offered in the city of Rio de Janeiro. The aim is to analyze the offer of public policies aimed at this group of women in the city of Rio de Janeiro. Based on the analysis of the semi-structured interviews, it was possible to identify three elements of analysis: the interlocutors' profile, intersectionality and gender violence. We sought to identify the main difficulties faced by trans women living on the streets and the main types of violence suffered. The research enabled the conclusion that the violence practiced against trans women in the street is related to prejudiced and racist practices. We also observe necro-political mechanisms in the actions or omissions of the State. It was also possible to observe several reports of institutional violence practiced by public security agents, including specificities related to gender. The research points to the understanding that transphobia shapes prejudiced institutional practices and the rejection of so-called inadequate bodies from the perspective of cis-heteronormativity, as in the case of truculent police approaches.

Keywords: *homelessness, gender identity, transsexuality and gender violence.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Identidade de Gênero	48
Gráfico 2 – Questão étnico-racial.....	49
Gráfico 3 – Renda	50
Gráfico 4 – Motivos para a vinda para as ruas	53
Gráfico 5 – Escolaridade	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Antra Brasil	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CASDH	Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos
Centro POP	Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua
CNTT	Coletivo Nacional de Transexuais e Travestis
Creas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LGBTQIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não binários e outros
Polos	Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua
Suas	Sistema Único de Assistência Social
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
URS	Unidades de Reinserção Social

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
INTRODUÇÃO	11
1 MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA	14
1.1 Reflexões sobre as Mulheres Trans em situação de rua	14
1.2 Vulnerabilidade de Mulheres trans em situação de rua	18
1.3 Gênero em Debate	20
1.4 Transfobia no contexto de situação de rua: corpo marcado para morrer?	23
2 MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DO RIO DE JANEIRO	25
2.1 Mulheres em situação de rua – vulnerabilidades e violências.....	25
2.2 Tipologias de violências sofridas por Mulheres Trans em Situação de Rua.....	27
2.3 Violências, vulnerabilidades e iniciativas de enfrentamento a estes contextos	29
2.4 Movimentos de resistência e luta por direitos.....	36
2.5 Marcos legais e políticas públicas	38
3 MULHERES TRANS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	42
3.1 A cidade do Rio de Janeiro e as mulheres trans.....	43
3.2 A pesquisa desenvolvida junto às mulheres em situação de rua	45
3.2.1 Perfil das entrevistadas.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
<u>APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....</u>	77

INTRODUÇÃO

A observação das múltiplas violências sofridas por mulheres trans em situação de rua, e vivência das políticas escassas, me trouxe até este tema. O trabalho foi desenvolvido a partir das experiências vivenciadas ao longo dos seis meses em que estive à frente da direção da primeira unidade municipal para acolhimento a pessoas LGBTQIA+ do município do Rio de Janeiro e, posteriormente, como diretora do Centro POP Bárbara Calazans.

No que tange à produção acadêmica a despeito do universo feminino em situação de rua, é nítida a escassez de publicações relacionadas ao tema, quando nos referimos ao universo das mulheres trans surgem ainda mais inquietações sobre o silêncio em relação ao papel do Estado. Desta forma algumas questões são postas para debate: a quais tipos de violência estão sujeitas? Estar na rua potencializa a vulnerabilidade destas mulheres? Ser uma mulher trans agrava os riscos de estar em situação de rua e potencializa o tipo de violência?

Tais indagações constituíram e deram forma ao presente trabalho para que possibilitasse, finalmente, a delimitação do problema a ser pesquisado: quais os tipos de violência sofrem as mulheres trans em situação de rua? A população em situação de rua é extremamente heterogênea, por sua vez, as pessoas LGBTQIA+ são profundamente heterogêneas e interseccionais.

Desta forma, tenho como objetivo responder, neste trabalho, à seguinte indagação: a unidade municipal de acolhimento institucional é suficiente para a garantia do direito das pessoas trans em situação de rua vítimas de violência? Busco a identificação de quais programas e projetos existem para mulheres trans em situação de rua, as formas como são executados e os principais serviços ofertados.

A pesquisa se propõe ainda a observar se os órgãos públicos ou privados, que auxiliam na manutenção da vida e na qualidade de vida de mulheres trans em vulnerabilidade, oferecem serviços especializados para atender a este segmento de mulheres vítimas de violência.

Para atingir tal objetivo a pesquisa foi dividida em três grandes dimensões: gênero, população em situação de rua e violência de gênero. Desta forma, pretende-se articular conceitualmente e individualmente cada categoria, com o objetivo de compreendê-las, primeiro de forma separada e depois, articulá-las com as análises das entrevistas realizadas.

A abordagem de gênero será discutida a partir do referencial teórico, das definições das autoras feministas pós-estruturalistas, como Judith Butler e interseccionais, como Avtar

Brah. A contribuição de Butler se dá, principalmente, neste estudo, com a discussão da identidade e a categoria “mulher”, trabalhando que, tanto a identidade quanto a sexualidade, são constituídas a partir da prática, da performatividade, e não de forma contrária.

A primeira parte da pesquisa é marcada pela aproximação ao campo através da observação participante. A pesquisa foi realizada com algumas das frequentadoras do Centro-POP Bárbara Calazans, região Central da Cidade do Rio de Janeiro. Também foram abordadas mulheres trans em situação de rua na Lapa, Cinelândia e na Central do Brasil, áreas conhecidas como pontos de prostituição.

Observação participante é marcada por uma aprendizagem de olhar o Outro para conhecê-lo, em uma relação na qual também passamos a nos conhecer melhor. É também marcada por uma escuta atenta para compreender sua linguagem, gestos, gírias e falar específico do grupo no qual se está inserido (ROCHA; ECKERT, 2008).

Durante este processo de trabalho estabeleci um vínculo maior com algumas interlocutoras, como Matusi e Geovana Peres e, através desta aproximação foi aberta, em poucas semanas, uma porta que trouxe de forma espontânea as mais diversas demandas institucionais, assim, havia diariamente mulheres trans e travestis à minha procura.

A aproximação com o público da pesquisa teve duas etapas: primeiro realizamos uma atividade cultural com uma roda de conversa com todo o grupo; em seguida, no segundo momento, foi possível realizar a aplicação do questionário individualmente.

Ao iniciar o preenchimento do questionário, foram lidas todas as regras do Termo Consentido, o motivo, objetivo e o tema da pesquisa, também foram informados os critérios e a autorização para a gravação. Todas as interlocutoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em anexo.

As identidades das entrevistadas foram resguardadas e as mesmas recebem nome de mulheres que se tornaram ícones nas noites cariocas e nas lideranças dos movimentos LGBTQIA+ na Cidade Maravilhosa.

As homenageadas escolhidas foram Luana, Dandara, Matusi, Geovana e Indi. Luana Muniz foi uma travesti e ativista na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente na Lapa, onde atuava; Dandara Vital é atriz, já trabalhou nos barracões de Inocentes de Belford Roxo, Viradouro, Mangueira e Império Serrano, e atualmente é assistente do carnavalesco Leandro Vieira na Imperatriz Leopoldinense; Matusi, foi uma famosa mulher trans amada e controversa na Central do Brasil, ela e Geovana Peres faleceram em 2022 com apenas três meses de intervalo entre uma morte e outra. A nossa última homenageada é Indianarae

Siqueira, um dos grandes símbolos de resistência e da militância por direitos das pessoas LGBTQIA+. No que diz respeito à análise das entrevistas, os resultados revelaram múltiplas violências, que podem ser identificadas como transfobia, violência sexual e preconceito.

Os dados foram coletados a partir das entrevistas com 04 mulheres trans e 01 travestis em situação de rua. O modelo de entrevista utilizado foi a semi-estruturada com a função de que direcionar as perguntas em relação ao tema, dando, também ao entrevistador e entrevistado, a possibilidade e liberdade de novas abordagens.

A entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (Manzini, 1990/1991, p. 154).

A dissertação será estruturada em tres capítulos. No primeiro capítulo, discorri sobre população em situação de rua, utilizando como referencial teórico as normativas vigentes. Desta forma serão abordadas questões conceituais do termo, passando a analisar historicamente a atuação do Estado em relação a esse público-alvo. Em seguida utilizo os dados divulgados no Censo sobre Pessoas em Situação de Rua realizado no ano de 2022 no município do Rio de Janeiro para contextualizar a invisibilidade das mulheres trans e das travestis.

Em todo o capítulo, pretendo demonstrar a inexistência de dados sobre essas mulheres que sirvam como indicadores para a formulação de programas e projetos para esse público-alvo.

No segundo capítulo discuti, de início me propus a explicar o título da dissertação e fiz alguns apontamentos. Na sequência, trabalhei o conceito de gênero empregado na pesquisa, passando a discorrer historicamente acerca de como as identidades transexuais.

Por fim, no terceiro capítulo, analiso o perfil das entrevistadas. Este subdivide-se em três partes: perfil das usuárias, violência de gênero e oferta de serviços. A análise dos dados se propõe a enfatizar os traços interseccionais através do estudo sobreposição ou intersecção de identidades de determinados corpos sociais e os sistemas que os oprimem através da situação de rua, violência de gênero e oferta de serviços para esse público-alvo. As análises das entrevistas serão interseccionadas para melhor compreender as violências sofridas pelas pessoas participantes.

CAPÍTULO I

1. MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA

Este capítulo se dedica a refletir sobre as travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro e trazer à tona os discursos que constroem o corpo travesti quando interseccionado pelos marcadores sociais de sexualidade e raça. A escolha do tema *Três colibris de Raça*, foi inspirado na letra da música *Três Travestis*, de Caetano Veloso. *Colibri*, é um gênero de beija-flores, o grupo incluiu quatro espécies, três dessas espécies vivem no Brasil. Este foi o motivo da escolha. Infelizmente, duas das travestis que inspiraram a pesquisa, faleceram no início de 2022. Ambas em via pública por uma associação de fatores sociais e comorbidades.

A situação de rua é uma realidade vivenciada por milhares de pessoas em todo Brasil. Tal situação acarreta profunda exclusão social e desigualdade. As múltiplas questões que levam uma pessoa a ficar em situação de rua constituem uma síntese do agravamento da pobreza na sociedade capitalista. De acordo com Silva (2009), o fenômeno das pessoas em situação de rua remonta ao surgimento das cidades pré-industriais da Europa (Silva, 2009).

O Decreto nº 7.053/09 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que assim dispõe em seu artigo 1º, parágrafo único: considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

1.1 Reflexões sobre as Mulheres Trans em situação de rua

Nos últimos anos o termo população em situação de rua se consolidou no Brasil como um termo oficial, utilizado por diversos agentes e instituições sociais. De forma distinta, a variedade de termos utilizados em outros idiomas, como na língua francesa, por exemplo,

traduzem a situação de rua como a falta de algo. Termos como “sans domicile fixe” (sem domicílio fixo), sans-logis (sem-teto) e sans-abri (sem-abrigo) identificam a categoria por aquilo que lhe falta, ou seja, a moradia. Esta torna-se, portanto, o centro agregador que traduz a particularidade do segmento.

Complementarmente, algo semelhante pode ser visto na definição da língua inglesa, a partir do uso do termo “homeless”, que, em tradução literal, é a circunstância de não ter uma casa/lar. Em uma tradução possível, equivale ao termo “sem-teto”. Há ainda na língua inglesa uma expressão recorrentemente utilizada por agentes sociais que enfrentam a situação de rua: “To end homelessness”. De difícil tradução literal, a expressão refere-se ao objetivo ou à organização de ações com a finalidade de acabar com a situação da falta de moradia.

A dificuldade de tradução dessa idéia é sintomática do problema conceitual e metodológico que se enfrenta atualmente no Brasil. O conceito de população em situação de rua dificulta a compreensão daquilo que deveria ser o objetivo último, ou seja, **superar a situação de rua**, superar a circunstância que determina substancialmente a diferença entre o que entendemos como pessoas em situação de rua em oposição àquelas consideradas domiciliadas.

É importante pontuar que a discussão não se resume apenas a seu aspecto linguístico ou conceitual. Trata-se, em última instância, das idéias subjacentes ao que entendemos como população em situação de rua e como devemos tratar a questão. O desenho das características desta população é de fundamental importância para a compreensão deste fenômeno.

A interseccionalidade é uma abordagem teórica fundamental para compreender a complexidade das identidades e opressões enfrentadas pelas travestis e mulheres trans em situação de rua. Essa perspectiva reconhece que essas mulheres são afetadas por múltiplos sistemas de opressão, como gênero, raça/etnia, classe social e orientação sexual. Ao considerar a interseção dessas diferentes formas de discriminação, é possível compreender as experiências únicas e as desigualdades estruturais que essas mulheres enfrentam e vivenciam no dia a dia .

As interseccionalidades presentes nessa realidade são fundamentais para compreender a complexidade das experiências vivenciadas por travestis e mulheres trans em situação de rua. Fatores como raça, classe social e orientação sexual podem intensificar a violência sofrida por esses grupos. Por exemplo, travestis e mulheres trans negras enfrentam uma dupla discriminação, sofrendo tanto com o racismo quanto com a transfobia. Da mesma forma, a classe social pode influenciar na disponibilidade de recursos e oportunidades para essas pessoas, aumentando sua vulnerabilidade.

As políticas e as iniciativas voltadas para população em situação de rua, assim como os estudos nessa área fazem referência à heterogeneidade representada por grupos que historicamente são discriminados e lutam por direitos, como a população negra, idosa, adolescente e LGBTQIA+. Estas populações que vivem em contextos sociais (pobreza, desemprego) e pessoais de adversidade extrema passam ainda a viver a experiência de ter a rua como espaço de moradia e sobrevivência. Além disso, é possível afirmar que, uma vez em situação de rua, as vulnerabilidades se agravam diante dos conflitos, das precariedades e das violências que se tornam elementos intrínsecos ao universo relacionado ao viver nas ruas.

Neste particular, é importante resgatar a diferença que existe entre “ficar na rua” associado a situações recentes que levam o indivíduo a não ter onde morar; “estar na rua”, no caso de indivíduos que se encontram na situação há mais tempo (mas nos dois casos os tempos em rua são menores); e “ser da rua”, quando a rua passa a ser local de referência, dada a permanência contínua nesse local.

Uma parcela destas pessoas em situação de rua pertence a um universo ainda mais estigmatizado: as mulheres trans em situação de rua. Entre as variáveis selecionadas para estudar as características desse segmento, espera-se que surjam indicadores capazes de sinalizar a importância da criação de redes específicas de proteção social essenciais para a redução das vulnerabilidades a que estão submetidas.

Estudar a vivência de mulheres em situação de rua, a partir da abordagem interseccional, possibilita perceber os atravessamentos que perpassam as experiências de vida dessas mulheres, identificando os processos de opressão que marcaram suas vidas, mas também descobrindo que, mesmo numa situação de extrema vulnerabilidade e violação de direitos, elas conseguem articular estratégias de sobrevivência.

Inicialmente cabe lembrar que a defesa e a garantia do direito a Assistência Social, como uma Política de Seguridade Social, constituem uma luta histórica desde o processo da Constituição Federal de 1988. A população em situação de rua é atendida pelas políticas públicas de Assistência Social através da Proteção Social de Média Complexidade.

O Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (Polos-UFG) realizou um levantamento, com dados do CadÚnico, e com base em dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (mês de referência: fevereiro/2023) identificou que o Brasil tem 206.044 pessoas em situação de rua registradas no CadÚnico. Em primeiro lugar nesta estatística está o Estado de São Paulo e em seguida o do Rio de Janeiro. Neste, só na capital do Estado havia 12.752 pessoas.

Cabe destacar que diferentes censos e estimativas existentes, tanto nacionais quanto municipais, se bem expressam esforços na direção de aprimorar a metodologia utilizada, têm em comum a impossibilidade de dar conta do real número de pessoas nessa situação, visto o seu deslocamento e a ausência de local fixo na cidade. Desse modo, tudo indica que, apesar desses esforços, na realidade se avança mais na forma de contar do que no número de pessoas contado.

Ao comparar os seus resultados, observamos percentuais semelhantes no que diz respeito a variáveis como sexo, cor, idade, tempo na rua. A maioria das pessoas em situação de rua é do sexo masculino, parda ou negra, adulta em idade produtiva, renda de trabalhos informais, em contraposição à idéia preconceituosa que associa esta população com noções pejorativas como mendigos e pedintes. Merece especial destaque que, mesmo sendo reconhecida a heterogeneidade da população em situação de rua, e o primeiro censo nacional ter aproximadamente 15 anos, ainda hoje é unicamente considerada a variável sexo (feminino/masculino), resultando na invisibilidade da comunidade LGBTQI+. É evidente que este fato contribui com a dificuldade de avançar de forma consistente na formulação de políticas públicas específicas para este grupo com base na realidade e nas suas necessidades específicas.

Ainda em relação aos resultados desses censos, reparamos que entre os motivos que levam as pessoas às ruas prevalecem motivos subjetivos como drogas, álcool e problemas familiares, em detrimento de questões relacionadas à dinâmica conjuntural e estrutural desta forma de organização social. Neste sentido, entendemos que a pobreza constitui o fato objetivo e principal motivo que produz população em situação de rua, cuja existência, como anteriormente assinalado, é resultado da acumulação capitalista que torna parcela da classe trabalhadora excedente, apesar de não perder sua funcionalidade às necessidades médias de expansão do capital. Acreditamos que é preciso avançar nestas questões sob o risco de reproduzir percepções típicas de formas de consciência teóricas e políticas hegemônicas que contribuem para o reforço do individualismo, naturalização, culpabilização, criminalização e responsabilização de indivíduos e famílias de classe trabalhadora pobre pelas suas condições de vida.

Garcia (2007), em seus estudos sobre População LGBT de rua, afirma sobre tais sujeitos: havia de início a preocupação de incluir no estudo “mais gays e menos travestis”, por se supor que a literatura acerca das travestis, ainda que de forma incipiente, aborda a questão da vulnerabilidade à situação de rua, o que não acontece na que se refere às homossexualidades propriamente ditas. A primeira visita a um “sopão” indicado como

frequentado pelo segmento LGBT, contudo, mostrou a total impossibilidade de tal diferenciação, não havendo de forma alguma como diferenciar o G e o T das diversas categorias identitárias. As interações que se seguiram deixaram claro o quanto tais posições de sujeito são atravessadas pelo contexto peculiar à situação de rua.

O estilo das travestis depende de cuidados corporais, que incluem depilação, o cuidado com o “chuchu” (barba) e com as unhas, o de adereços, como roupas e “picumãs” (perucas), fortemente dificultados em um contexto como o da rua. Por outro lado, homossexuais efeminados, pelo risco de violência onipresente nas ruas, passam a mimetizar modos de expressão típicos de travestis, como forma de se impor, usando a seu favor o forte estigma que correlaciona as travestis à violência potencial (GARCIA, 2007, p. 29).

Através de um recorte para população trans em situação de rua, o Instituto Ideação publicou a pesquisa “Lançando luz sobre o invisibilizado: transexualidade e pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo”¹, com depoimentos de algumas mulheres que afirmaram que a rua não as definia: “‘Não sou a rua onde durmo’: mulheres cis e trans contam como é viver nas calçadas de São Paulo”. Das quase 32 mil pessoas em situação de rua na capital de SP, 16,6% são mulheres cis, enquanto 3,1% são mulheres trans. De acordo com a pesquisa da prefeitura, entre as pessoas vivendo na rua em 2019, as mulheres cis representavam 14,8% e, agora, 16,6%. As trans, travestis, agêneras ou não binárias eram 2,7%. Atualmente são 3,1%.

Dentre os depoimentos de pessoas trans em situação de rua podemos observar que as vivências são diferentes das demais: “(...) uma pessoa pode se sentir desconfortável ao não pertencer a certa padronização dos corpos. Imagina para um homem trans passar uma noite em um quarto com homens cis? É impossível ter paz”, ilustra Tatto. “E para usar um simples banheiro? Tomar banho é um martírio, muitos desses locais não têm porta ou qualquer forma de privacidade²”.

1.2 Vulnerabilidade de Mulheres trans em situação de rua

A situação de vulnerabilidade enfrentada por travestis e mulheres trans em situação

¹ Instituto Ideação. <<https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/lancando-luz-sobre-o-invisibilizado-transexualidade-e-pessoas-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 9 ju 2023.

² <<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/09/nao-sou-a-rua-onde-durmo-mulheres-cis-e-trans-contam-como-e-viver-nas-calçadas-de-sao-paulo>>. Acesso em: 9 jul 2023.

de rua no município do Rio de Janeiro é alarmante e complexa. Diversos fatores contribuem para essa realidade, sendo as principais causas a discriminação de gênero e orientação sexual presentes na sociedade carioca, além da falta de políticas públicas efetivas que garantam o acesso a serviços básicos como saúde, educação e moradia. Para Zucchi (2019), a exclusão social dessas pessoas é intensificada pela ausência de apoio social e familiar, levando-as a buscar estratégias de sobrevivência, como o trabalho sexual, que estão associadas a riscos significativos para sua integridade física e emocional.

A violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua está diretamente relacionada à discriminação de gênero e orientação sexual presentes na sociedade carioca. A cultura machista e heteronormativa perpetua estereótipos negativos sobre essas identidades, resultando em preconceito, exclusão social e violências físicas e psicológicas. A falta de aceitação por parte da família, amigos e comunidade também contribui para a vulnerabilidade dessas pessoas, que muitas vezes são expulsas de casa ainda na adolescência. Essa discriminação sistêmica cria um ambiente propício para a violência nas ruas, onde travestis e mulheres trans são frequentemente alvo de agressões verbais, físicas e sexuais, de acordo com Maia (2022).

As dificuldades enfrentadas por travestis e mulheres trans em situação de rua para acessar serviços básicos são muitas, vão além das enfrentadas pelo resto da população, seja pela falta de preparo do sistema público para atender suas demandas específicas, como a hormonioterapia e o acompanhamento de saúde mental, seja pela falta de documentação adequada para o acesso a benefícios sociais e programas de assistência. Além disso, a falta de moradia adequada e segura agrava sua vulnerabilidade, expondo-as a condições precárias de vida e aumentando os riscos de violência e exploração.

As estratégias de sobrevivência adotadas por travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro são muitas vezes limitadas e arriscadas. O trabalho sexual é uma das principais formas de sustento para essa população segregada, mas está associado a diversos perigos, como violência física, abuso sexual, exploração e criminalização. A falta de alternativas econômicas viáveis leva muitas vezes à perpetuação desse ciclo vicioso, onde as travestis e mulheres trans se veem presas em uma realidade que coloca em risco sua integridade física e emocional.

Na prática, o que se observa é que as políticas públicas existentes para combater a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro são insuficientes e pouco efetivas. Mesmo com a existência de leis que garantam direitos fundamentais para essa população, como o direito à identidade de gênero autodeclarada, sua

implementação é falha. Os profissionais que atuam na rede pública de atendimento a estas pessoas, por não serem, em sua maioria, capacitados, dificultam o acolhimento adequado dessas pessoas, perpetuando estigmas e preconceitos. Além disso, há uma lacuna significativa na oferta de serviços especializados voltados para as necessidades específicas de travestis e mulheres trans em situação de rua, como abrigos seguros e programas de reinserção social.

As iniciativas da sociedade civil voltadas para apoiar travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro têm desempenhado um papel fundamental na mitigação dos impactos negativos dessa realidade. Projetos como abrigos temporários oferecem um espaço seguro para essas pessoas, garantindo acesso a alimentação, higiene pessoal e cuidados básicos de saúde. Além disso, programas de capacitação profissional têm se mostrado eficazes na promoção da autonomia econômica dessas pessoas, possibilitando a inserção no mercado de trabalho formal e reduzindo sua dependência do trabalho sexual. Essas iniciativas contribuem para a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da autoestima das travestis e mulheres trans em situação de rua.

Para o desenvolvimento de estratégias sobre a conscientização da sociedade carioca a respeito dos direitos das travestis e mulheres trans em situação de rua é fundamental o combate ao preconceito e a promoção de uma cultura inclusiva. É necessária uma nova visão, um processo de desconstrução dos estereótipos negativos sobre essas identidades, valorizando sua diversidade e respeitando sua autodeterminação. Soares (2021) aponta a educação como uma ferramenta poderosa nesse processo, devendo ser inclusiva e abordar questões relacionadas à diversidade de gênero e orientação sexual desde cedo. Mas esta estratégia deve vir acompanhada de incentivo à participação ativa da sociedade civil na defesa dos direitos dessa população segregada, com ações que promovam espaços de diálogo e engajamento comunitário. Somente por meio dessas ações será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária para travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro.

1.3 Gênero em Debate

No contexto aqui estudado faz-se necessária a distinção entre sexo, gênero e identidade de gênero, além de uma breve discussão sobre esses conceitos.

Pode-se dizer que sexo está relacionado às distinções anatômicas e biológicas entre homens e mulheres. O sexo é referente a alguns elementos do corpo como genitálias,

aparelhos reprodutivos, seios etc. Gênero é o termo utilizado para designar a construção social do sexo biológico. Este conceito faz uma distinção entre a dimensão biológica e associada à natureza (sexo) da dimensão social e associada à cultura (gênero).

Para Michel Foucault (1975), o tema da sexualidade está voltado a uma análise e definição do processo de construção da identidade sexual no modo como as ciências humanas a constituem. Ora, tendo em vista tal jornada, é que lançaremos mão do pensamento de Michel Foucault, do seu olhar filosófico e sobretudo crítico, sobre a constituição do discurso da sexualidade humana. A partir da análise do primeiro volume da História da Sexualidade, “A Vontade de Saber”, percebemos o que se inscreve, se relata, se diz, e, também, o que nos é velado e proibido, quando o assunto é o sexo em seu discurso e enunciado. Segundo Foucault, o florescer histórico do século XIX é marcado pela análise do que se formula sobre o discurso do sexo, pelo seu recrutamento e controle. Ao pontuar e identificar esse século como momento precursor do encerramento da sexualidade, não significa que Foucault quer nos evidenciar somente a gênese, uma origem ou um nascimento de onde e quando começavam as investidas no campo da sexualidade. Pelo contrário, Foucault investiga o que subjaz ao modo como foram elaborados os discursos de como conhecemos e vivemos a sexualidade. Para isso, é necessário a análise da base, o solo, o terreno, a possibilidade para o conhecimento. O sexo, nesse sentido, é visto a partir das relações de poder e da discursividade, que constituirão o que se chama de sexualidade. Trata-se de ver que a história da sexualidade pode ser contada e investigada para além dos mecanismos de repressão sexual³.

A cada um de nós é atribuído um gênero no nascimento, o que significa que somos nomeados por nossos pais ou pelas instituições sociais de certas maneiras. Judith Butler resumiu em artigo publicado na Folha de S. Paulo, em novembro de 2017, logo após sua passagem pelo Brasil:

Às vezes, com a atribuição do gênero, um conjunto de expectativas é transmitido: esta é uma menina, então ela vai, quando crescer, assumir o papel tradicional da mulher na família e no trabalho; este é um menino, então ele assumirá uma posição previsível na sociedade como homem. No entanto, muitas pessoas sofrem dificuldades com sua atribuição — são pessoas que não querem atender aquelas expectativas, e a percepção que têm de si próprias difere da atribuição social que lhes foi dada. A dúvida que surge com essa situação é a seguinte: em que medida jovens e adultos são livres para construir o significado de sua atribuição de gênero? Eles nascem na sociedade, mas também são atores sociais e podem trabalhar dentro das normas sociais para moldar suas vidas de maneira que sejam mais vivíveis⁴.

Apesar de as sociedades ocidentais definirem as pessoas como homens ou mulheres

³Cf. FOUCAULT, M. História da sexualidade: a vontade de saber. V. I. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

⁴Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/biografia/judith-butler.htm>>. Acesso em: 23 fev 2023.

desde seu nascimento, com base nas características físicas do corpo (genitálias), as ciências sociais argumentam que gênero se refere à organização social da relação entre os sexos e expressa que homens e mulheres são produtos do contexto social e histórico, e não resultado da anatomia de seus corpos. As maneiras como homens e mulheres se comportam correspondem a aprendizados socioculturais que nos ensinam a agir de acordo com prescrições de cada gênero. As representações de gênero são distintas de uma cultura para outra, sendo um dos objetivos dos estudos de gênero e das ciências sociais analisar a diversidade de expressões em diferentes grupos e locais, identificando e desnaturalizando tais padrões.

Judith Butler, em seu livro *Corpos Que Importam*, de 1993, afirmou:

A formação de um sujeito requer identificação com o fantasma normativo do 'sexo', e essa identificação toma lugar mediante um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Esse é um repúdio que cria uma valência de 'abjeção' e sua condição para o sujeito como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um determinado sexo vai se preocupar sobretudo com a regulação das práticas identificatórias de tal forma que a identificação com a abjeção de sexo será persistentemente repudiada. E, ainda assim, essa abjeção repudiada ameaçará expor as presunções fundadoras do sujeito sexuado, fundado como sujeito por um repúdio cujas consequências ele não pode controlar de todo.

A identidade de gênero é a experiência subjetiva de uma pessoa a respeito de si mesma e das suas relações com outros gêneros. Não depende do sexo biológico da pessoa, mas de como ela se percebe. Essa identidade pode ser binária (homem ou mulher), mas também pode ir além dessas representações e rechaçar ambas as possibilidades de reconhecimento, sendo assim pessoas não-binárias (todos os outros gêneros). As pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado no momento do seu nascimento são chamadas de cisgêneros. Ou seja, da perspectiva social, política, científica e jurídica, uma pessoa cisgênero é vista como "alinhada" dentro de seu corpo e de seu gênero. Este termo foi criado para destacar politicamente quem é trans e quem não é, e para jogar luz na estrutura social que invisibiliza as pessoas trans.

Dentro desta mesma linha de discussão, de acordo com a autora, os conceitos relacionados com o gênero, uma vez estabelecidos como um conjunto de referências e normas, estruturam tanto a percepção quanto a organização concreta e simbólica das relações sociais. Dessa forma, pode-se dizer que as convenções hegemônicas que associam o sexo biológico à identidade de gênero regulam e produzem mecanismos de coerção e submissão a padrões normatizados socialmente, o que, além de gerar diferentes posições de poder na vida

em sociedade, conduzem ou podem conduzir a situações de vulnerabilidade social⁵.

O sexo biológico corresponde aos órgãos genitais, ao sistema reprodutivo e hormonal. É uma questão meramente biológica. Nestes casos, pode ser o sexo biológico feminino, masculino ou intersexo, quando há determinantes masculinos e femininos. A intersexualidade é uma variação das características genéticas que leva à anatomia reprodutiva não se ajustar ao que é definido como feminino ou masculino.

O conceito de pessoa transgênero define pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, como homens trans, mulheres trans e as travestis. O conceito inclui ainda as pessoas que não se identificam com nenhum destes gêneros ou com mais de um deles.

1.4 Transfobia no contexto de situação de rua: corpo marcado para morrer?

As mulheres trans em situação de rua estão expostas ao preconceito, ao banimento social, além de às práticas higienistas. O estigma social sobre esta população manifesta-se através de ações truculentas praticadas por agentes públicos, transfobia e ações de “recolhimento” de pessoas em situação de rua.

A invisibilidade social peculiar do segmento LGBTQIA+ em situação de rua também está presente na produção acadêmica relativa à “fase aguda da pandemia”. Mesmo que os números mostrem o aumento alarmante de pessoas em situação de rua desde o início da pandemia, a invisibilidade da comunidade LGBTQIA+ também está presente na medida em que, apesar de esforços para aprimorar a metodologia dos levantamentos, ainda hoje é unicamente considerada a variável sexo (feminino/masculino). É evidente que este fato contribui na dificuldade de avançar de forma consistente na formulação de políticas públicas específicas para este segmento com base no conhecimento de suas necessidades específicas. Inclusive, observamos que a variável ‘motivo que leva às ruas’ precisa ser problematizada, dado que prevalecem aspectos subjetivos, em detrimento de questões relacionadas à dinâmica conjuntural e estrutural da sociedade, o que pode levar à culpabilização, criminalização, assim como à reprodução de percepções conservadoras presentes nas formas de consciência teóricas e políticas hegemônicas.

⁵ Para uma problematização interessante sobre as múltiplas determinações (conjunturais, estruturais e biográficas) que levam pessoas para a situação de rua, e, principalmente, uma crítica à criminalização ao uso de drogas ver Freitas (2020, p. 936-939).

Consideramos que apresentar a iniciativa da política de Assistência Social de criar o CPA IV é importante para dar visibilidade a experiências que de forma geral, apesar de muitas limitações concretas que certamente existem, procuram avançar no reconhecimento de direitos da comunidade LGBTQIA+. De modo contraditório, ainda que a comunidade LGBTQIA+ em situação de rua continue invisibilizada – como mostram os censos –, foi na fase aguda da pandemia que esta ganhou alguma visibilidade, à medida que, a partir da emergência sanitária, uma antiga reivindicação dos movimentos sociais foi atendida pela gestão municipal: a inauguração de um equipamento de acolhimento institucional específico para esta população.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Antra Brasil, publicou um dossiê em 2023 com referência ao ano de 2022. Os dados publicados dão conta de pelo menos 151 pessoas trans mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidadas. A mais jovem trans assassinada tinha 15 anos, e vimos um acirramento na patrulha contra crianças e adolescentes trans, sendo inclusive vítimas de violências dentro do ambiente escolar. Embora haja uma leve queda em relação a 2021, o perfil das vítimas se manteve o mesmo. Chama atenção o país figurar, novamente, como o que mais consome pornografia trans nas plataformas digitais de conteúdo adulto no mesmo momento em que o Brasil figura como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 14º ano consecutivo. Houve ainda 142 violações de direitos humanos, e os casos de impedimento de uso do banheiro foram os que mais tiveram destaque nessa edição deste dossiê.

No que diz respeito à fidedignidade dos dados, vivenciamos uma política estatal de subnotificação da violência lgbtifóbica, e os estados insistem em não levantar os dados sobre violência contra a população LGBTQIA+, em especial os assassinatos. Mantém-se a falta de dados sobre o perfil dos suspeitos, no mesmo momento em que os nomes de registro das vítimas são expostos, sem menção aos seus nomes sociais. Em sua sexta edição, a pesquisa anual “Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras”, apresenta a atualização contendo os dados de 2022 sobre a situação de violência, violações de direitos humanos e assassinatos contra pessoas trans brasileiras. Ficou nítido que a epidemia da transfobia operada pela necro-Trans-política seguiu em pleno funcionamento.

CAPÍTULO II

2. MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo discutiremos a vulnerabilidade social em que estão vivendo travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ. A realidade é alarmante. Diversos fatores contribuem para essa situação, sendo as principais causas a exclusão social, a falta de acesso a oportunidades de trabalho formal e a discriminação estrutural presente na sociedade. Para Vallecilo (2017), a marginalização desses indivíduos resulta em sua exposição constante à violência e à exploração, tornando-os alvos fáceis para agressões físicas e psicológicas.

A violência física e psicológica sofrida por travestis e mulheres trans em situação de rua é uma triste realidade que permeia seu cotidiano. Essas mulheres enfrentam diariamente diferentes tipos de agressões, como espancamentos, estupros, humilhações verbais e ameaças constantes e até mesmo assassinatos. A violência simbólica também ocorre através da negação dos direitos básicos desses grupos, como o acesso a moradia digna, saúde adequada e oportunidades educacionais, sofrendo mais exclusão que outros grupos.

Tais violências são motivadas pela transfobia, homofobia e machismo enraizados na sociedade, que negam sua existência e legitimam a violência contra elas. Essa violência sistemática tem um impacto devastador na vida dessas mulheres, causando traumas físicos e psicológicos duradouros. Estas violências se manifestam tanto por parte da população em geral quanto por agentes do Estado, como policiais.

2.1 Mulheres em situação de rua – vulnerabilidades e violências

A relação entre a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua e os marcadores sociais de diferença e opressão é complexa e multifacetada. Essas mulheres são alvo de violência devido à interseção de diversos fatores, como gênero, orientação sexual, classe social e raça. A combinação desses marcadores sociais resulta em maior vulnerabilidade à violência, pois enfrentam discriminação e preconceito em múltiplas frentes.

O não reconhecimento social da identidade de gênero das travestis e mulheres trans

contribui para a perpetuação da violência, pois muitos agressores, devido à falta de redes de apoio ou proteção ao trabalho como profissionais do sexo, consideram essas mulheres como alvos fáceis.

A invisibilidade social dessas mulheres é um dos principais fatores que contribuem para a perpetuação da violência contra elas. A sociedade tende a ignorar, de forma geral, qualquer pessoa que viva na rua, como se tal situação estivesse sob o controle do indivíduo, sendo aquela condição um merecimento pelo não esforço pessoal. Quando se trata de travestis e mulheres trans em situação de rua, essa invisibilidade tende a aumentar graças ao preconceito, o que leva à falta de proteção legal e institucional para essas mulheres. A invisibilidade também dificulta o acesso dessas mulheres aos serviços básicos, como saúde, educação e trabalho.

É clara a observação de que a discriminação enfrentada por travestis e mulheres trans não se limita apenas àqueles que vivem nas ruas, mas também se estende a diversos espaços sociais. No mercado de trabalho, essas pessoas são frequentemente excluídas ou relegadas a empregos precários e informais. Instituições policiais muitas vezes perpetuam a violência ao invés de proteger esses indivíduos, tratando-os com desrespeito e hostilidade.

As consequências da violência e da discriminação para a saúde mental das travestis e mulheres trans em situação de rua aumentam os índices de depressão, ansiedade e suicídio nesse grupo, resultado do constante enfrentamento de situações traumáticas e da falta de suporte emocional adequado. Não existe, de forma estruturada, uma rede de apoio, serviços de saúde mental específicos para essa população, o que agrava ainda mais essa situação, deixando-as sem recursos para lidar com os impactos psicológicos da violência e discriminação. É evidente que a exposição constante à violência gera traumas profundos, que afetam sua autoestima, saúde mental e bem-estar emocional. Além disso, a exclusão social decorrente da discriminação e da marginalização dificulta a construção de relações afetivas e a participação ativa na sociedade.

No município do Rio de Janeiro/RJ, existem iniciativas governamentais e não governamentais voltadas para combater a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua. No entanto, a efetividade dessas ações é questionável. Muitas vezes, essas iniciativas são insuficientes para atender às necessidades dessa população segregada, seja por falta de recursos ou pela falta de uma abordagem abrangente que leve em consideração as especificidades desse grupo.

É essencial que políticas públicas sejam implementadas para promover o respeito à diversidade nos diversos âmbitos societários, criando um ambiente seguro e acolhedor para

todos os segmentos, em especial os que se encontram em situação de rua sem os mínimos recursos disponíveis.

O estudo do perfil socioeconômico das travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro é de extrema importância para se compreender as especificidades dessa população vulnerável. Segundo Souza (2021), essa análise permite identificar as principais características e necessidades desse grupo, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais efetivas e direcionadas. Além disso, ao conhecer o perfil socioeconômico dessas pessoas, é possível compreender os fatores que levam à situação de rua, como a falta de acesso a serviços básicos, discriminação e violência.

Diante das dificuldades enfrentadas, as travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro adotam estratégias de sobrevivência, formas de se sustentarem, como a prostituição e o trabalho informal. Essas atividades representam uma forma de garantir sua subsistência, mas também estão associadas a riscos significativos, como a exposição a violência, exploração sexual e vulnerabilidade a doenças sexualmente transmissíveis. Para Maia (2022), a falta de alternativas seguras e dignas para obter renda é um reflexo da exclusão social que essas pessoas enfrentam.

A discriminação é outro aspecto central na vida dessas pessoas em situação de rua. Elas são alvo tanto da sociedade em geral quanto das instituições governamentais, o que dificulta ainda mais sua busca por ajuda e proteção. O estigma associado à identidade de gênero não conformista faz com que sejam frequentemente excluídas dos serviços disponíveis para a população em geral.

2.2 Tipologias de violências sofridas por Mulheres Trans em Situação de Rua

A experiência de violência física vivenciada por travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ é marcada por uma série de agressões frequentes e recorrentes. Verifica-se que os tipos mais comuns de agressões físicas incluem espancamentos, ataques com armas brancas e de fogo, além de atropelamentos intencionais. Essas agressões têm consequências devastadoras para essas pessoas, resultando em lesões graves, sequelas permanentes e até mesmo morte. Além disso, a violência física também afeta negativamente a saúde mental dessas indivíduos, gerando traumas psicológicos profundos e dificuldades emocionais duradouras.

Para Salgueiro (2020), a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua encontra suas raízes em preconceitos e estigmas sociais profundamente enraizados. Desde tempos remotos, esses grupos têm sido alvo de discriminação e marginalização, o que contribui para a perpetuação da violência. A sociedade, muitas vezes, associa a identidade de gênero não conformista com desvios morais e comportamentais, o que legitima a violência como uma forma de punição por essa suposta transgressão.

É evidente a relação entre a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua e o contexto histórico de exclusão social. Esses grupos são frequentemente excluídos dos espaços sociais e econômicos, ficando privados do acesso a direitos básicos como moradia, trabalho digno, saúde e educação. A falta desses direitos cria um ciclo vicioso de vulnerabilidade, no qual as pessoas são empurradas para as margens da sociedade, onde enfrentam maior risco de violência.

A violência sexual é uma das formas mais cruéis de violência enfrentada por travestis e mulheres trans em situação de rua. Essa população está particularmente vulnerável a abusos sexuais devidos à sua condição socioeconômica precária e ao estigma associado à sua identidade de gênero. Muitas vezes são forçadas a se prostituir para sobreviver, o que as expõe a situações de risco e exploração sexual. Além disso, enfrentam dificuldades significativas para denunciar esses casos, devido ao medo de represálias, à falta de confiança nas autoridades e à falta de políticas efetivas de proteção (SOUZA, 2014).

Durante a realização do trabalho observou-se, pela pesquisa teórica e de campo, que a violência institucional é uma realidade presente na vida das travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro/RJ. As forças de segurança muitas vezes são coniventes com a violência contra essa população, ignorando ou minimizando suas denúncias e perpetuando estereótipos negativos. Além disso, para Souza (2015), o sistema judiciário também falha em garantir justiça e reparação para essas vítimas, muitas vezes culpando-as pela violência que sofrem. Outros órgãos do Estado também contribuem para a perpetuação da violência institucional, por meio da falta de políticas públicas adequadas e de programas efetivos de inclusão social.

A violência simbólica enfrentada por travestis e mulheres trans em situação de rua tem um impacto profundo em sua autoestima, identidade e inserção social. Estereótipos negativos, preconceitos arraigados e estigmas sociais afetam diretamente sua percepção sobre si mesmas e sua capacidade de se afirmar como sujeitos dignos de respeito. Essa violência simbólica também limita suas oportunidades de emprego, educação e acesso a serviços básicos, reforçando ainda mais seu ciclo de exclusão social (MAIA, 2022).

As principais formas de violência enfrentadas por travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro são diversas e abrangem tanto agressões físicas quanto verbais e sexuais. As agressões físicas muitas vezes são motivadas pelo preconceito e estigma social que essas pessoas sofrem diariamente, resultando em espancamentos, mutilações e até mesmo assassinatos. Além disso, as agressões verbais são frequentes e incluem xingamentos, insultos e ameaças constantes. Já as agressões sexuais são uma realidade preocupante para essa população vulnerável, sendo frequentemente alvo de estupros e abusos.

As consequências psicológicas da violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua são devastadoras e têm um impacto significativo na saúde mental dessas pessoas. A exposição constante à violência pode levar ao desenvolvimento de transtornos psicológicos, como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático. Além disso, a falta de suporte emocional e o isolamento social resultante da discriminação contribuem para agravar esses problemas, tornando ainda mais difícil para essas pessoas buscar ajuda e recuperação.

A violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro tem impactos significativos na saúde física dessas pessoas. A exposição constante a agressões físicas pode resultar em lesões corporais graves, como fraturas ósseas, contusões e cortes profundos. Além disso, a prática frequente de violência sexual aumenta o risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis, como HIV/AIDS, sífilis e hepatites virais. Essa realidade é ainda mais alarmante quando consideramos que muitos casos de violência resultam em morte, seja por homicídio direto ou por complicações decorrentes das agressões sofridas.

A visibilidade das experiências de violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ é fundamental para combater essa realidade alarmante. É necessário que essas histórias sejam amplamente divulgadas para conscientizar a sociedade sobre as violações aos direitos humanos que essa população enfrenta diariamente. Além disso, é imprescindível que sejam implementadas políticas públicas efetivas que garantam o acesso dessas pessoas à justiça, à saúde, à educação e ao trabalho digno. Ações afirmativas também são necessárias para combater o preconceito e o estigma associados às identidades trans, promovendo uma cultura de respeito e igualdade. (ALMEIDA e MURTA, 2013)

2.3 Violências, vulnerabilidades e iniciativas de enfrentamento a estes contextos

As principais formas de violência enfrentadas por travestis e mulheres trans em situação de rua são variadas e abrangem agressões físicas, verbais e sexuais. Essas formas de violência são frequentemente motivadas pelo ódio transfóbico e pela intolerância à diversidade de gênero. Além disso, esses grupos também sofrem com a violência institucional, que se manifesta através da negligência ou abuso por parte das autoridades policiais e do sistema judiciário (SILVA, ROCHA, SOUZA SILVA, 2021).

As consequências da violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua são devastadoras. Além dos danos físicos imediatos, como lesões e mutilações, essas pessoas também enfrentam graves problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático. A busca por ajuda e a denúncia dos casos de violência são dificultadas pela falta de confiança nas instituições e pelo medo de represálias.

O acesso a serviços de saúde adequados é uma das principais dificuldades enfrentadas pelas travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro. O estigma associado à identidade de gênero não conformista faz com que muitas vezes sejam discriminadas pelos profissionais de saúde, que não oferecem acolhimento adequado nem respeitam sua identidade de gênero. Além disso, a falta de políticas públicas voltadas para essa população dificulta o acesso a serviços especializados, como atendimento psicológico e hormonal, exames preventivos e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis (CAPUTO, 2018).

A atuação do Estado é fundamental na prevenção da violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua. É necessário que sejam implementadas políticas públicas efetivas que garantam a proteção dessas pessoas e o acesso a direitos básicos, como moradia, saúde e trabalho. Além disso, é preciso investir em programas de capacitação para os profissionais de saúde, visando sensibilizá-los sobre as especificidades dessa população e promover um atendimento mais acolhedor e inclusivo (SILVA, 2021).

A sociedade civil também desempenha um papel importante no combate à violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro. Diversas iniciativas têm surgido com o objetivo de oferecer apoio psicossocial, assistência jurídica e encaminhamento para serviços de saúde especializados. Projetos como casas de acolhimento, grupos de apoio e centros de referência são exemplos concretos do esforço da sociedade civil em garantir a segurança e o bem-estar dessas pessoas (SILVA, 2021).

A pesquisa acadêmica desempenha um papel fundamental na visibilidade das questões relacionadas à violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua. Estudos como este contribuem para ampliar o conhecimento sobre a realidade vivida por essas pessoas, evidenciando os impactos negativos da violência na saúde física e mental. Além disso, a pesquisa acadêmica pode subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes, baseadas em evidências científicas e que levem em consideração as necessidades específicas dessa população (FEITOSA, 2019).

Uma abordagem interseccional é fundamental na análise da violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua. Essas pessoas enfrentam múltiplas formas de opressão, como o machismo, a transfobia e o racismo. A interseccionalidade permite compreender como essas diferentes formas de opressão se entrelaçam e se potencializam, tornando a violência ainda mais intensa e prejudicial para essa população. Portanto, é necessário considerar todas essas dimensões ao desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência, garantindo uma abordagem inclusiva e efetiva (FEITOSA, 2019).

Os principais recursos de apoio disponíveis para travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ são os abrigos temporários, centros de acolhimento e organizações não governamentais (ONGs) especializadas. Os abrigos temporários oferecem um local seguro para que essas pessoas possam pernoitar, além de alimentação e assistência básica. Já os centros de acolhimento são espaços que oferecem suporte psicossocial, orientação jurídica e encaminhamento para serviços de saúde. As ONGs especializadas atuam na defesa dos direitos das travestis e mulheres trans em situação de rua, promovendo ações de conscientização, capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho (VALLECILO, 2017).

A efetividade desses recursos na prevenção da violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua é limitada. Embora proporcionem um ambiente mais seguro e ofereçam suporte emocional, muitas vezes esses espaços não conseguem garantir a proteção necessária contra agressões físicas e verbais. Além disso, a falta de capacitação adequada por parte dos profissionais que atuam nesses locais pode comprometer a qualidade do atendimento prestado (ALMEIDA e MURTA, 2013).

As travestis e mulheres trans enfrentam diversas dificuldades ao acessar esses recursos de apoio. A discriminação é uma das principais barreiras enfrentadas, tanto por parte dos profissionais que trabalham nos abrigos e centros de acolhimento quanto por outros usuários desses serviços. Muitas vezes, as travestis e mulheres trans são vítimas de preconceito e violência dentro desses espaços, o que dificulta ainda mais sua busca por ajuda.

A articulação entre diferentes instituições e organizações é de extrema importância para garantir um suporte efetivo às travestis e mulheres trans em situação de rua. A colaboração entre abrigos temporários, centros de acolhimento, ONGs, órgãos governamentais e serviços de saúde é fundamental para criar uma rede integrada de proteção e assistência. Essa articulação permite a troca de informações, a identificação de demandas específicas e a implementação de políticas mais eficazes.

É evidente a necessidade de políticas públicas específicas para combater a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ. É preciso que o poder público reconheça as particularidades dessa população e desenvolva estratégias que considerem suas necessidades específicas. Isso inclui a criação de programas de capacitação para profissionais que atuam nos recursos de apoio, a implementação de medidas preventivas e punitivas contra agressores, além do fortalecimento da rede de proteção social.

As políticas públicas existentes para atender às necessidades específicas das travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro são limitadas em sua efetividade. Embora haja iniciativas voltadas para essa população, como programas de assistência social e acesso à saúde, ainda há lacunas significativas que precisam ser preenchidas. É necessário investimento na criação de políticas inclusivas que considerem as particularidades desse grupo, promovendo o acesso igualitário aos serviços básicos e garantindo seus direitos fundamentais.

A sociedade civil tem desempenhado um papel fundamental no auxílio às travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro. Diversas iniciativas surgiram com o objetivo de oferecer apoio comunitário, promovendo a inclusão social dessas pessoas. Organizações não governamentais, grupos ativistas e coletivos têm desenvolvido projetos que visam fornecer abrigo temporário, assistência jurídica, apoio psicológico e capacitação profissional. Essas ações são essenciais para fortalecer a rede de suporte e garantir que essas pessoas tenham acesso a serviços básicos e oportunidades de reinserção.

A participação da sociedade civil na criação e manutenção dos recursos de apoio para travestis e mulheres trans em situação de rua é essencial. As ONGs especializadas desempenham um papel fundamental nesse sentido, promovendo ações educativas, campanhas de conscientização e mobilizando recursos financeiros para viabilizar projetos voltados para essa população. Além disso, é importante que a sociedade como um todo se engaje na luta contra a violência e no apoio às travestis e mulheres trans em situação de rua (ALMEIDA e MURTA, 2013).

Para aumentar a efetividade dos recursos de apoio existentes na proteção das travestis e mulheres trans em situação de rua é necessário implementar algumas melhorias. Uma delas é a capacitação adequada dos profissionais que atuam nesses espaços, para que possam lidar de forma sensível e respeitosa com as demandas específicas dessa população. Além disso, é fundamental promover ações de sensibilização junto à sociedade em geral, visando combater o preconceito e a discriminação. Também é importante ampliar o número de abrigos temporários e centros de acolhimento, garantindo assim uma maior cobertura territorial e acesso facilitado aos serviços disponíveis.

A relação entre a violência e a vulnerabilidade social das travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ é marcada por uma série de fatores que contribuem para aumentar sua exposição à violência. A falta de moradia, por exemplo, faz com que essas pessoas estejam constantemente expostas a ambientes inseguros e insalubres, onde a violência é mais propensa a ocorrer. Além disso, o desemprego é outro fator que contribui para a vulnerabilidade, uma vez que dificulta o acesso a recursos financeiros e aumenta a dependência de atividades informais e perigosas.

A falta de acesso à justiça e à proteção policial é uma realidade enfrentada pelas vítimas de violência entre travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro. A impunidade dos agressores é um dos principais obstáculos para a busca por justiça, uma vez que muitos casos não são investigados ou punidos adequadamente. Além disso, a falta de confiança nas instituições responsáveis pela segurança pública faz com que essas pessoas se sintam desamparadas e desencorajadas a denunciar os crimes sofridos.

Existem iniciativas governamentais e não governamentais voltadas para combater a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Essas iniciativas incluem programas de acolhimento, assistência jurídica, apoio psicológico e capacitação profissional. No entanto, é importante analisar a efetividade dessas medidas na prevenção e combate aos casos de violência, bem como identificar possíveis lacunas ou limitações que precisam ser abordadas para garantir uma proteção mais efetiva para essa população vulnerável.

A educação e conscientização da sociedade desempenham um papel fundamental no combate à violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no Rio de Janeiro. Desconstruir preconceitos e promover a inclusão dessas pessoas na sociedade são passos essenciais para criar um ambiente mais seguro e acolhedor. Através da educação, é possível sensibilizar as pessoas quanto à realidade enfrentada por essa população, combatendo estereótipos negativos e promovendo uma cultura de respeito e igualdade.

A implementação de políticas públicas específicas é fundamental para enfrentar a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Tais políticas devem garantir o acesso a moradia, emprego, saúde e segurança para essa população vulnerável. Medidas como a criação de abrigos seguros, programas de reinserção social, capacitação profissional e atendimento médico especializado são essenciais para garantir que essas pessoas tenham oportunidades reais de sair da situação de rua e reconstruir suas vidas com dignidade. Além disso, é necessário investir na formação dos profissionais que lidam diretamente com essa população, como policiais, assistentes sociais e profissionais de saúde, para que estejam preparados para as especificidades dessa realidade complexa.

A prevenção e combate à violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ requer a implementação de políticas públicas específicas. A importância dessas políticas reside na necessidade de reconhecer as particularidades dessa população, que enfrenta uma série de desafios e vulnerabilidades decorrentes da sua condição social e identidade de gênero. Ao direcionar recursos e esforços para esse grupo específico, é possível promover a igualdade de direitos e oportunidades, bem como garantir a proteção e o respeito aos seus direitos humanos.

Além disso, é fundamental promover a inclusão social e econômica das travestis e mulheres trans em situação de rua. A vulnerabilidade dessas pessoas está diretamente relacionada à falta de acesso a emprego formal, moradia adequada, educação e saúde. Portanto, é necessário desenvolver programas que visem à capacitação profissional, ao incentivo ao empreendedorismo e à criação de oportunidades de trabalho digno. Ao reduzir as desigualdades sociais e econômicas, é possível diminuir a exposição dessas pessoas à violência.

Campanhas de conscientização e educação da sociedade são ferramentas essenciais no combate ao preconceito e à discriminação contra travestis e mulheres trans. É preciso desconstruir estereótipos negativos associados a essa população, disseminando informações corretas sobre identidade de gênero e orientação sexual. Além disso, é necessário sensibilizar a sociedade para a importância do respeito à diversidade humana, promovendo valores de tolerância e igualdade. Através dessas campanhas, é possível criar um ambiente mais inclusivo e seguro para as travestis e mulheres trans em situação de rua.

Fortalecer as redes de apoio e proteção às vítimas é uma medida fundamental para garantir que elas tenham acesso aos serviços necessários. É preciso assegurar que as travestis e mulheres trans em situação de rua tenham acesso a atendimento médico, assistência social, jurídica e psicológica adequados a suas necessidades específicas. Além disso, é importante

desenvolver mecanismos de denúncia e acolhimento eficazes, que garantam a confidencialidade e a segurança das vítimas.

A criação de espaços seguros para travestis e mulheres trans em situação de rua é uma estratégia importante no combate à violência. Abrigos específicos devem ser criados levando em consideração as demandas específicas dessa população, como o respeito à identidade de gênero, a disponibilidade de banheiros adequados e o acolhimento sem discriminação. Esses espaços devem ser planejados em parceria com organizações não governamentais e movimentos sociais, de forma a garantir a participação das próprias travestis e mulheres trans na definição das políticas e práticas adotadas.

A capacitação dos profissionais que atuam na área da segurança pública é essencial para lidar com casos envolvendo travestis e mulheres trans. De acordo com Vallecilo (2017), é necessário promover a sensibilização desses profissionais para as questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como fornecer conhecimentos técnicos sobre os direitos dessa população. Dessa forma, será possível garantir um atendimento adequado, respeitoso e livre de discriminação.

É evidente a importância da implementação de políticas públicas específicas para combater a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua. Essas políticas devem garantir seu direito a segurança e dignidade, promovendo a inclusão social e o acesso a serviços básicos. Para Benevides (2021), é fundamental que essas políticas sejam desenvolvidas em diálogo com as próprias travestis e mulheres trans, levando em consideração suas necessidades e demandas específicas.

As iniciativas governamentais e não governamentais voltadas para combater a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua têm desempenhado um papel fundamental na luta por direitos e proteção desses grupos. Avanços significativos foram alcançados, como a implementação de políticas públicas específicas, a criação de abrigos seguros e o fortalecimento da rede de apoio. Aliprande e Romanholi (2022), no entanto, ressaltam que ainda há desafios a serem superados, como a falta de recursos adequados e a resistência social à igualdade de gênero.

Assim, as políticas públicas existentes para combater a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua têm sido insuficientes para garantir sua proteção efetiva. Embora algumas medidas tenham sido implementadas, como leis antidiscriminatórias e programas de inclusão social, ainda há lacunas significativas na sua implementação. A falta de recursos adequados, a resistência cultural e a falta de sensibilização de agentes públicos são alguns dos desafios enfrentados na efetivação dessas políticas.

Salgueiro (2020) observa que, diante da violência e da exclusão social, travestis e mulheres trans em situação de rua têm adotado estratégias de resistência para enfrentar esses desafios. Uma das principais estratégias é a criação de redes de apoio comunitário, onde essas mulheres encontram suporte emocional, compartilham experiências e se fortalecem mutuamente. Além disso, muitas travestis e mulheres trans têm se engajado em ativismo político, lutando por seus direitos e exigindo o fim da violência e da discriminação.

Araujo Neto (2018) discute o processo de inclusão dessas mulheres nas políticas públicas voltadas para populações em situação de rua, e aponta que este fator é fundamental para garantir o respeito a seus direitos humanos. É necessário que essas políticas considerem as especificidades das travestis e mulheres trans, levando em conta suas necessidades específicas e promovendo a igualdade de oportunidades. Além disso, é importante que essas políticas sejam implementadas de forma efetiva, com recursos adequados e monitoramento constante.

Uma abordagem interseccional na análise da violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua é necessária para compreender as múltiplas formas de opressão que elas enfrentam. A interseccionalidade reconhece que as experiências de opressão não são isoladas, mas sim interligadas e influenciadas por diversos fatores. Portanto, é fundamental considerar a interseção de gênero, orientação sexual, classe social e raça na análise da violência contra essas mulheres, a fim de desenvolver estratégias efetivas de combate à violência e promoção da igualdade (TEMPOONI; RIBEIRO, 2022).

2.4 Movimentos de resistência e luta por direitos

Os movimentos de resistência e luta por direitos têm desempenhado um papel fundamental na visibilidade e no combate à violência enfrentada diariamente por travestis e mulheres trans em situação de rua. Segundo Garcia (2013), esses movimentos têm sido responsáveis por trazer à tona a realidade dessas pessoas segregadas, muitas vezes invisibilizadas pela sociedade. Através da organização coletiva, esses grupos têm buscado denunciar as violações de direitos humanos que sofrem e exigir políticas públicas efetivas para enfrentar essa realidade.

As principais demandas e reivindicações dos movimentos de resistência e luta por direitos das travestis e mulheres trans em situação de rua incluem o acesso a moradia digna, a

trabalho formal, a saúde integral e a segurança pública. Essas demandas refletem as necessidades básicas dessas pessoas, que muitas vezes são negadas ou negligenciadas pela sociedade. É fundamental que políticas públicas sejam implementadas para atender a essas demandas, garantindo assim a inclusão social e o respeito aos direitos humanos dessas pessoas.

Para enfrentar a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua, os movimentos de resistência e luta por direitos utilizam diversas estratégias. Entre elas, destaca-se a organização de protestos, manifestações públicas e campanhas de conscientização. Além disso, esses movimentos buscam mobilizar a sociedade civil através da divulgação de informações sobre a realidade dessas pessoas, promovendo assim maior compreensão sobre suas vivências e desafios.

No entanto, esses movimentos enfrentam diversos desafios em sua luta. A falta de apoio institucional, o preconceito e a discriminação presentes na sociedade são obstáculos que dificultam o avanço dessas demandas. Nesse sentido, a solidariedade entre as próprias pessoas trans em situação de rua tem se mostrado fundamental para superar esses obstáculos, fortalecendo a resistência e promovendo a união em prol dos direitos e da dignidade dessas pessoas.

Ao longo dos anos, os movimentos de resistência e luta por direitos têm conquistado avanços significativos. A criação de abrigos exclusivos para travestis e mulheres trans em situação de rua, por exemplo, representa uma importante conquista. Além disso, políticas afirmativas nas áreas da educação e do trabalho têm sido implementadas visando à inclusão social dessas pessoas. Esses avanços demonstram a importância da mobilização coletiva na busca por direitos e na transformação das condições de vida dessas pessoas.

Os movimentos de resistência e luta por direitos estabelecem parcerias com outras organizações da sociedade civil, como ONGs e coletivos LGBTQ+. Essas parcerias são fundamentais para fortalecer a luta contra a violência e promover a inclusão social das travestis e mulheres trans em situação de rua. O trabalho em rede possibilita uma maior articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos nessa causa, potencializando assim os esforços para garantir os direitos dessas pessoas.

A invisibilidade social é uma das principais características da vida das travestis e mulheres trans em situação de rua. Para Parente (2021), elas são frequentemente segregadas e excluídas dos espaços públicos, o que dificulta ainda mais sua busca por segurança e proteção. A falta de visibilidade também contribui para a perpetuação da violência contra essas mulheres, pois torna mais fácil ignorar suas necessidades e direitos.

São enormes as barreiras enfrentadas por travestis e mulheres trans em situação de rua para acessar serviços básicos. A discriminação e o preconceito presentes na sociedade dificultam sua busca por saúde, moradia e emprego. A essas mulheres é frequentemente negado atendimento adequado nos serviços de saúde, enfrentam dificuldades para encontrar abrigo seguro e são excluídas do mercado de trabalho formal. Essas barreiras reforçam a exclusão social e a vulnerabilidade dessas mulheres (SANTOS, KALCKMANN, 2021).

A implementação de políticas públicas inclusivas é essencial para garantir os direitos das travestis e mulheres trans em situação de rua. É necessário que essas políticas considerem as especificidades dessas mulheres, levando em conta as interseções entre gênero, raça/etnia, classe social e outras formas de opressão. Isso implica criar programas de assistência social que atendam às necessidades específicas dessas mulheres, como abrigos seguros e acessíveis, serviços de saúde especializados e oportunidades de emprego inclusivas (MEDEIROS, AMORIM, 2020).

A resistência das travestis e mulheres trans em situação de rua frente a violência estrutural é notável. Essas mulheres têm se organizado coletivamente para lutar por visibilidade, direitos humanos e igualdade de gênero. Elas têm se unido em movimentos sociais, ONGs e coletivos para denunciar a violência que sofrem diariamente e exigir mudanças nas políticas públicas. Sua resistência é uma forma poderosa de enfrentar a opressão estrutural e buscar justiça.

Uma abordagem interseccional na análise da violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua é fundamental para compreender as complexas interações entre gênero, raça/etnia, classe social e outras formas de opressão. Essa abordagem reconhece que a violência contra essas mulheres não pode ser entendida isoladamente, mas sim como resultado da interseção dessas diferentes formas de discriminação. Somente ao considerar essa interseccionalidade é possível desenvolver estratégias eficazes para combater a violência e promover a igualdade de direitos para essas mulheres, de acordo com Santos, Kalckmann (2021).

2.5 Marcos legais e políticas públicas

No contexto brasileiro, a legislação que aborda a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua é escassa e insuficiente para garantir a proteção dessas

populações vulneráveis. Existem também algumas normas gerais, que podem ser aplicadas para ampará-las. Destaca-se, por exemplo, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que visa a combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres, incluindo em suas disposições travestis e mulheres trans. Além disso, o Código Penal Brasileiro prevê punições para crimes como lesão corporal, homicídio e estupro, que podem ser aplicados nos casos de violência contra essa população.

No que diz respeito às políticas públicas existentes para enfrentar a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua, é possível identificar uma série de iniciativas governamentais voltadas para esse fim. Entre elas, destaca-se o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), lançado em 2009 pelo Governo Federal. Esse plano busca promover a igualdade de direitos e combater a discriminação contra essa população por meio de ações nas áreas da saúde, educação, trabalho e segurança pública. No entanto, apesar dos esforços do governo nesse sentido, ainda há desafios na implementação efetiva dessas políticas, como falta de recursos financeiros e capacitação adequada dos profissionais envolvidos.

Além das políticas públicas, a sociedade civil também desempenha um papel fundamental no combate à violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua. Diversos projetos, organizações e movimentos atuam nessa área, buscando oferecer apoio e assistência às vítimas, bem como promover a conscientização e o engajamento da sociedade. Destaca-se, por exemplo, a atuação de ONGs como a Casa 1 e a Casa Nem, que oferecem abrigo temporário e suporte psicossocial para travestis e mulheres trans em situação de vulnerabilidade. Além disso, movimentos como o Transvestigêner e o Coletivo Nacional de Transexuais e Travestis (CNTT) têm se destacado na luta pelos direitos dessa população segregada.

A legislação nacional brasileira tem avançado significativamente na proteção dos direitos LGBTI+, reconhecendo a necessidade de medidas específicas para combater a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua. Dentre as leis que abordam essa questão, destaca-se a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, incluindo a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, o Decreto nº 8.727/ 2016 estabelece diretrizes para o enfrentamento da violência contra LGBTI+ e prevê a criação do Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento à Violência contra LGBTI+.

No âmbito internacional, a legislação desempenha um papel fundamental na proteção dos direitos LGBTI+. Diversos tratados e convenções têm sido adotados com o objetivo de

garantir a igualdade e não discriminação dessas pessoas. Destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece o princípio da igualdade e proíbe qualquer forma de discriminação, inclusive por orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece que todos têm direito a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Apesar dos avanços na legislação nacional, ainda existem desafios significativos na implementação efetiva dessas leis. Lacunas legais e dificuldades na aplicação das normas relacionadas à violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua são frequentemente observadas. A falta de capacitação dos agentes públicos, a impunidade dos agressores e a ausência de políticas específicas para esse grupo vulnerável são alguns obstáculos enfrentados.

As políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos LGBTI+ no contexto da violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade e no combate à discriminação. Programas de acolhimento, assistência social e combate à violência têm sido implementados com o objetivo de garantir a integridade física e psicológica dessas pessoas. Destaca-se o Programa Transcidadania, desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, que oferece auxílio financeiro, capacitação profissional e apoio psicossocial às travestis e mulheres trans em situação de vulnerabilidade.

Silva (2019) destaca que os planos e programas específicos para a população trans em situação de rua são elementos importantíssimos. A população trans enfrenta uma série de desafios, incluindo discriminação, estigmatização e exclusão social, que são amplificados quando estão em situação de rua. Portanto, é fundamental que sejam desenvolvidas políticas públicas direcionadas a esse grupo específico, a fim de garantir sua proteção e o pleno exercício de seus direitos humanos

A articulação entre diferentes setores da sociedade é essencial na elaboração e implementação de planos e programas específicos para a população trans em situação de rua. Governos, organizações não governamentais e movimentos sociais devem trabalhar em conjunto para garantir que as políticas sejam abrangentes, eficazes e atendam às necessidades desse grupo marginalizado. Somente por meio dessa colaboração será possível criar um ambiente mais seguro e inclusivo para a população trans em situação de rua.

A participação ativa da população trans em situação de rua na elaboração dos planos e programas é essencial para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades sejam consideradas. Para Santos (2020), essa participação deve ser incentivada por meio de

consultas públicas, fóruns de discussão e espaços de diálogo inclusivos. Ao envolver diretamente as pessoas afetadas pelas políticas, é possível obter uma compreensão mais precisa das questões enfrentadas pela população trans em situação de rua e desenvolver soluções mais eficazes

O monitoramento e a avaliação contínuos dos planos e programas específicos são fundamentais para identificar possíveis lacunas ou falhas de implementação. É necessário estabelecer indicadores claros para medir o impacto das políticas e garantir que elas estejam alcançando os resultados desejados. Além disso, é importante ouvir o feedback da população trans em situação de rua e realizar ajustes necessários para melhorar a eficácia das medidas implementadas. O monitoramento constante é essencial para garantir que as políticas sejam adaptadas às necessidades em constante evolução desse grupo vulnerável.

CAPÍTULO III

3. MULHERES TRANS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Este terceiro capítulo se debruça sobre a cidade do Rio de Janeiro, destacando como o município vem tratando as mulheres trans em situação de rua.

Também apresenta a pesquisa desenvolvida com estas mulheres, apontando a extrema complexidade desse território. Destaca as histórias vividas por estas mulheres e a pesquisa que foi desenvolvida para esta dissertação.

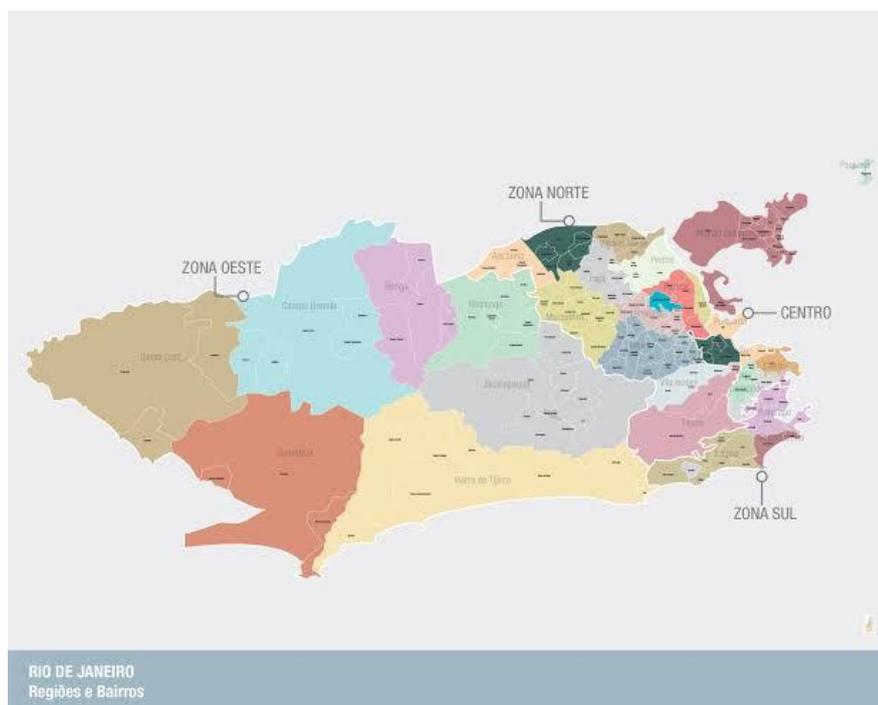
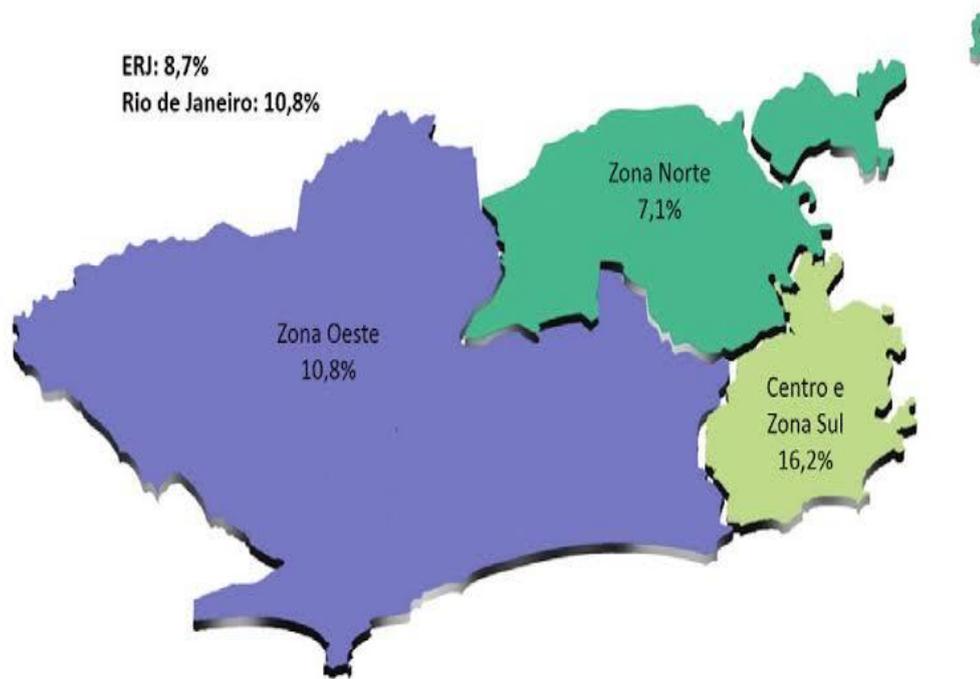
Busca discutir, através da pesquisa apresentada, a relação entre a discriminação e a violência sofrida por travestis e mulheres trans em situação de rua que resultam em uma potencialização e retroalimentação desses dois fenômenos. A discriminação, que se manifesta por meio de estereótipos negativos, preconceitos e exclusão social, cria um ambiente propício para a ocorrência de atos violentos contra essa população. Por sua vez, a violência vivenciada pelas travestis e mulheres trans em situação de rua reforça os estigmas sociais existentes, perpetuando a discriminação e dificultando ainda mais sua inserção na sociedade (SILVA, 2019).

Reflete sobre a falta de acesso a serviços básicos de saúde, educação e trabalho enfrentada por travestis e mulheres trans em situação de rua no município. E como a discriminação e a violência vivenciadas contribuem para sua exclusão social, tornando ainda mais difícil o acesso a esses direitos fundamentais. A falta de acesso à saúde impede que essas pessoas recebam cuidados adequados, aumentando os riscos para a saúde física e mental.

A implementação de políticas e ações afirmativas voltadas para a proteção e garantia dos direitos das travestis e mulheres trans em situação de rua enfrenta diversos desafios complexos e toda uma gama de preconceitos, discriminações e falsas argumentações. Um dos principais é a falta de estrutura e recursos adequados para atender às demandas específicas dessas populações.

A escassez de abrigos seguros é uma realidade que expõe essas pessoas a situações de violência e vulnerabilidade, além de dificultar o acesso delas à moradia digna. Além disso, o acesso à saúde integral também é prejudicado pela falta de serviços especializados que considerem as particularidades das travestis e mulheres trans, como a necessidade de hormonioterapia e acompanhamento psicológico (GARCIA, 2013).

3.1 A cidade do Rio de Janeiro e as mulheres trans



Mapa de Bairros e Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro. In:
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_de_Bairros_e_Regi%C3%B5es_Administrativas_da_cidade_do_Rio_de_Janeiro_-_imagem.jpg>

O município do Rio de Janeiro (mapas), apesar de não dispor de uma rede que contemple de forma efetiva as reais e diversas necessidades da população em situação de rua, conta com: 14 Creas, distribuídos na cidade nas 10 Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos (CASDH); 2 Centros Pop (um no Centro da cidade e outro em Bonsucesso); 4 Centrais de Recepção, sendo uma para adultos e famílias, uma para idosos(os), uma para crianças de ambos os sexos, uma para adolescentes meninas e outra para adolescentes meninos; além das Unidades de Reinserção Social (URS), que promovem acolhimento institucional para diferentes perfis, sendo 15 para crianças e adolescentes, divididos por sexo e faixa etária, 5 para idosos, 1 para LGBTQI+, 6 para grupos e famílias, 2 para adultos feminino e 4 para adultos masculino. Ademais, os Creas executam o Serviço Especializado em Abordagem Social e os Centros Pop, Serviço Especializado para População em Situação de Rua⁶.

Através do Decreto Municipal 46.483/2019 foi determinado ao Executivo o compromisso bianual de realizar um censo que faça o levantamento de dados e informações sobre a população em situação de rua. O panorama pode ser ilustrado através dos principais resultados apresentados no Censo de População em Situação de Rua (2020), parceria Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura do Rio e o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP: total 7.272 pessoas em situação de rua; 81% do sexo masculino; maior concentração no centro; 79,6% de negros ou pardos; a maior parte das pessoas encontra-se na faixa etária de 31 a 49 anos; o principal motivo para irem para as ruas foi conflito familiar; dos entrevistados, a maioria informou estar nas ruas de 1 a 5 anos; o centro da cidade foi o bairro com maior concentração de pessoas em situação de rua (1.442); a maioria dos entrevistados informou que nasceu no município do Rio de Janeiro; perguntados sobre o que precisariam para sair das ruas, a maior parte respondeu emprego. Um dado importante é que 752 pessoas informaram que foram para as ruas depois que a pandemia começou e destacaram como motivo a perda do trabalho (34%) e perda da moradia (19%).

O Censo de 2022, elaborado em março/2023, apresentou a mesma metodologia e manteve a invisibilidade das mulheres trans e travestis em situação de rua. Publicou que a

⁶Durante a realização da pesquisa identificamos 12 unidades de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ em situação de rua em todo o país, sendo o Rio de Janeiro a única experiência 100% financiada por recursos governamentais.

maioria dos entrevistados (81,9%) era composta por homens e 40,5% estavam na faixa etária entre 31 e 49 anos. A grande maioria, 83,7%, se autodeclarou como pretos ou pardos. Quanto à escolaridade, 64% dos entrevistados tinham ensino fundamental incompleto e 10,8% não sabiam ler ou escrever um bilhete simples. A maior incidência ocorreu nos bairros do Centro e Copacabana. Em relação à dimensão de trabalho e renda, os resultados mostram que quase 80% das pessoas em situação de rua realizavam alguma atividade para obter dinheiro. Dentre esses, 57,7% trabalhavam como catadores de materiais recicláveis, chegando a 80% na região de Madureira. A situação de insegurança alimentar é uma realidade constante, visto que 40,3% das pessoas entrevistadas relataram ter ficado um dia inteiro sem comer na semana que antecedeu o censo. A grande maioria, 75,5%, informou que no período de 30 dias que antecedeu a pesquisa, dormiu na rua todos os dias. Quando perguntados sobre o principal motivo que os levou à situação de rua, 43% indicaram conflitos familiares, seguido de alcoolismo/uso de drogas (21,5%) e desemprego ou perda de renda (12,8%). Quando questionados sobre o que precisam para sair dessa situação, 41,2% responderam que precisam de emprego.

A pesquisa, de modo geral, não aborda a questão de gênero em sua publicação, dando ênfase apenas às questões mais abrangentes, como renda, alimentação, acesso a serviços.

Um desafio enfrentado na implementação das políticas e ações afirmativas no município é a resistência e o preconceito por parte da sociedade em geral e das instituições governamentais. Existe o atendimento, entretanto não há efetivamente um fluxo para as demandas.

3.2 A pesquisa desenvolvida junto às mulheres em situação de rua

A pesquisa foi realizada com uma forte inserção no campo e o contato profundo com a realidade estudada. Para a entrevista, optamos pela forma semiestruturada, a fim de manter um direcionamento e não nos perder, mas também para incorporar aspectos que não foram previstos inicialmente. Dessa forma, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas, todas com gravação previamente autorizada. As entrevistas ocorreram no período de maio a junho de 2023.

Minha aproximação com estas mulheres já existia antes da atual pesquisa, que se deu

a partir da atuação no Centro de Referência Especializado para pessoas em Situação de Rua, Centro POP Bárbara Calazans, durante os plantões das Olimpíadas no ano de 2016. Neste contexto iniciei o percurso de aproximação com o público LGBTQIA+. Meus plantões de doze horas eram na Lapa, bairro situado no Centro do Rio, um dos grandes pontos turísticos da Cidade. Foi nesse mesmo espaço, sete anos depois da aproximação inicial, que conheci a maioria das entrevistadas. A aproximação foi facilitada pelas próprias mulheres trans que eram acompanhadas pelo Centro POP Bárbara Calazans, Centro do Rio.

Para o desenvolvimento das entrevistas foi realizada uma reunião mediada pela equipe do Albergue Mais Tempo para pessoas LGBTQIA+, e a confiança e vínculo estabelecidos facilitaram todo o processo.

As entrevistadas foram muito receptivas. Entre elas, reconheci a primeira interlocutora, que chamaremos de Matusi. Matusi foi uma das travestis que inauguraram o Albergue LGBTQIA+, chamado à época de CPA4. Muitas idas e vindas aconteceram na vida de Matusi, e ela voltou a viver em situação de rua. Atualmente está em sua quinta passagem pelo albergue LGBTQIA+. Matusi ainda sonha em viver na Espanha, de onde foi deportada após lá residir ilegalmente durante dez anos. Percebe-se, assim, uma fragilidade nas reinserções comunitárias, que, por circunstâncias diversas, acarretam o retorno à vida nas ruas.

As entrevistas foram coletadas no ano de 2023, e o roteiro foi dividido em três tópicos: perfil das interlocutoras, tipos de violência e preconceito vividos. Cumpre referir, ainda, que os relatos apontaram a existência de uma criminalização secundária e seletiva contra mulheres transexuais e travestis em situação de rua, numa lógica cisheteronormativa. Nesse sentido, pretendo ratificar a construção teórica desenvolvida até o presente momento, interligando os demarcadores sociais da diferença desenvolvidos nos capítulos anteriores: gênero e população em situação de rua.

Um dos tópicos a ser pensado era sobre conflito familiar, preconceito e violência e os fatores que levam uma travesti ou uma mulher trans à situação de rua. Das cinco entrevistadas, quatro declararam o conflito familiar como principal motivo de ida para as ruas, e, uma delas, a violência praticada contra ela pelo companheiro.

Ao questionar se já haviam sido acolhidas em unidades mistas para acolhimento, três declararam que nunca estiveram em unidades mistas e as duas que estiveram declararam ter sofrido preconceito pelo motivo de serem mulheres trans. Dandara declarou que sofreu ameaças de pessoas vizinhas à instituição e teve que fugir do local de acolhimento.

O preconceito foi outro referencial possível de analisar a partir das entrevistas, tendo

sido apontado por todas as entrevistadas.

Os tipos de violência mais citados foram: violência sexual, violência policial e transfobia.

A esse respeito, é oportuno asseverar que, em decorrência desses agravos, a maioria das mulheres trans em situação de rua apresenta saúde fragilizada e comorbidades.

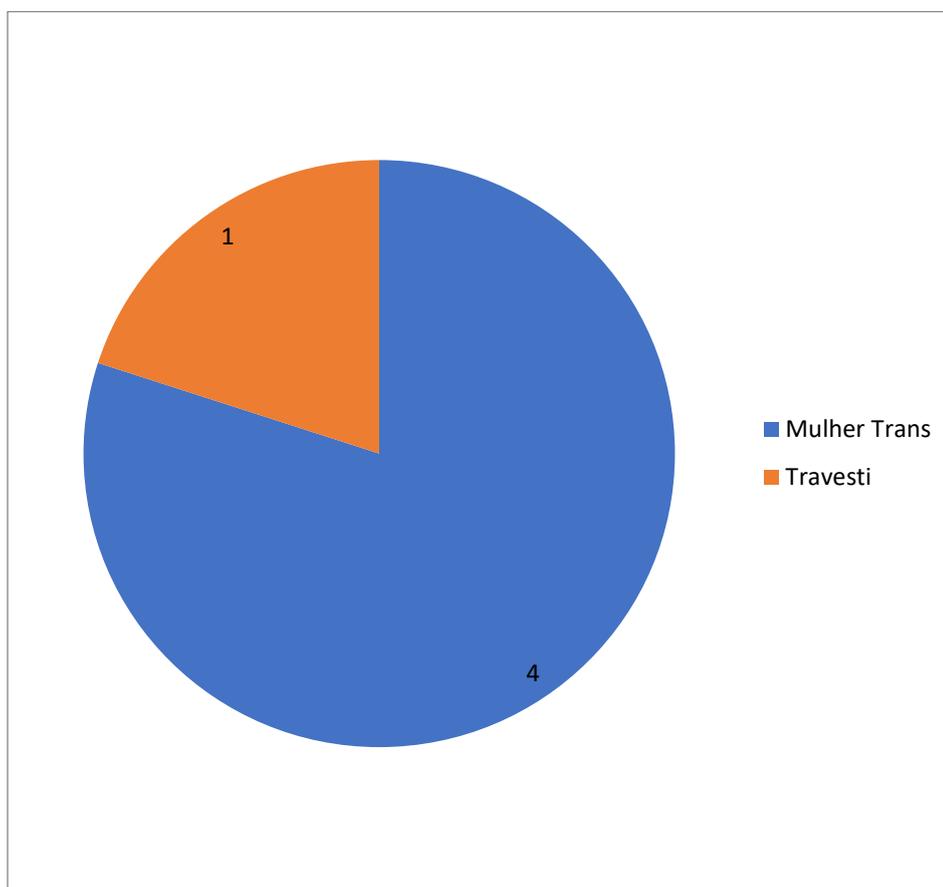
3.2.1 Perfil das entrevistadas

O perfil das entrevistadas foi organizado elencando-se os seguintes itens:

- Identidade de gênero;
- Raça/etnia, renda;
- Tipo de violência sofrida; e
- Motivo da situação de rua.

Na presente pesquisa, quatro interlocutoras definiram suas identidades de gênero como mulher transexual e uma se identificou como travesti, o que corresponde ao Gráfico 1:

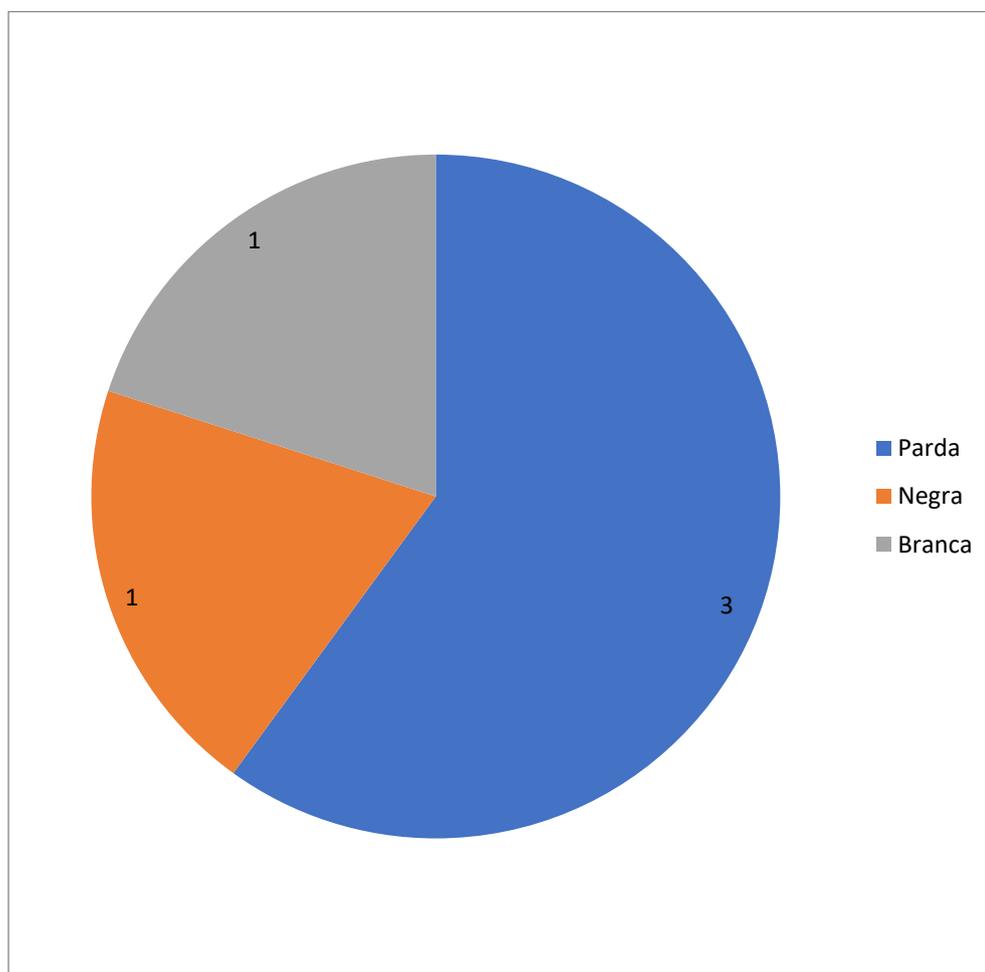
Gráfico 1 – Identidade de Gênero



Fonte: Pesquisa de campo autor, 2023.

Na questão étnico-racial, 3 se auto declararam pardas, 1 negra e 1 branca, contabilizando os pertencimentos étnicos, chegou-se à seguinte percentagem, conforme Gráfico 2:

Gráfico 2 – Questão étnico-racial



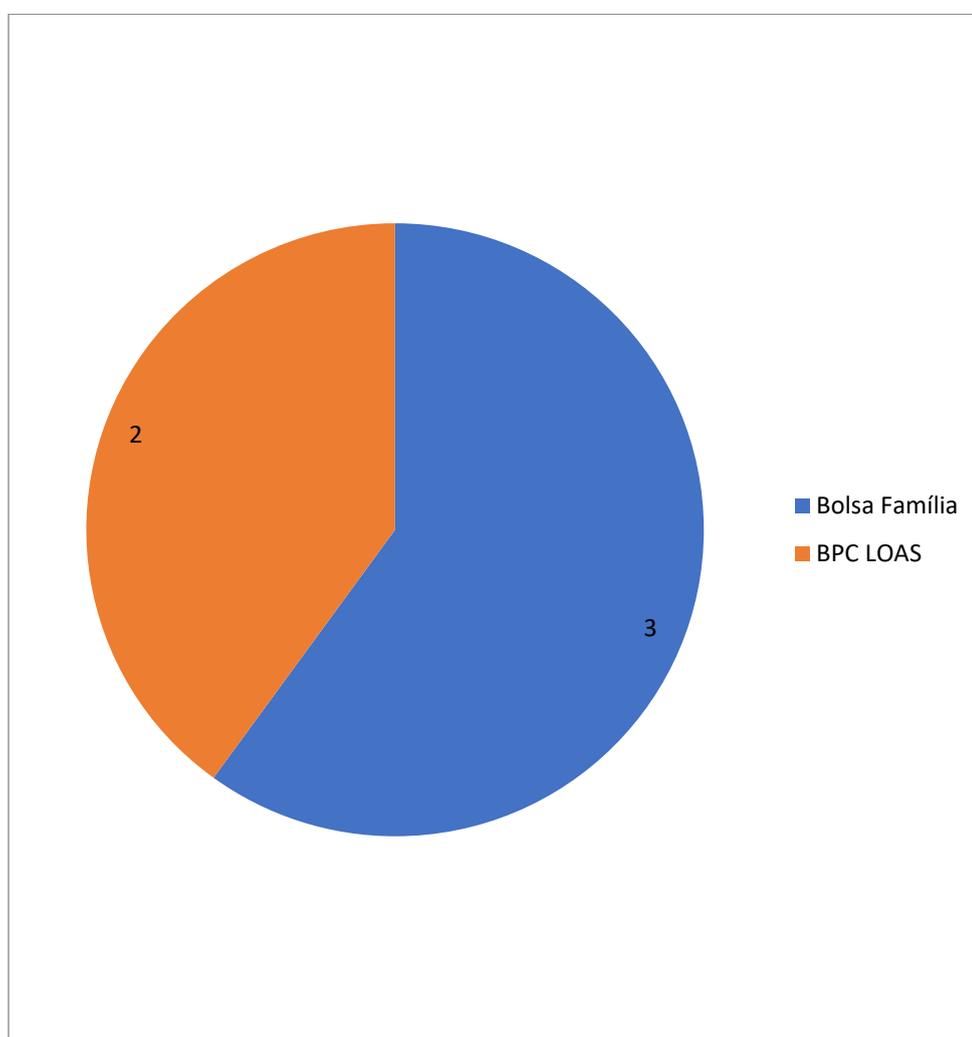
As interlocutoras passam por uma dupla ou mesmo tripla criminalização, em que os marcadores sociais da diferença se fazem presentes e interrelacionam-se, interseccionalmente: identidade de gênero trans, condição socioeconômica e raça⁷. Dessa forma, a discriminação e a violência são experimentadas a partir da interseccionalidade desses marcadores, pautadas em concepções cisheteronormativas, classistas e eugênicas, fruto de uma construção histórica que criam subcidadanias.

Quando indaguei às interlocutoras que se autodeclararam pretas ou pardas se já haviam sofrido discriminação racial por parte dos policiais, Geovana respondeu positivamente, para minha surpresa. Por outro lado, todas afirmaram que raça influi na exposição à violência, como um fator a agregar na sua vulnerabilização.

⁷SILVA, Márcia Swênia Brito da. **A experiência de mulheres em situação de rua: uma análise interseccional**. 2019. 108f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB. p. 20.

A esse respeito, a Antra, no relatório de 2023, identificou que as violências ocorrem majoritariamente contra travestis e mulheres trans negras quando comparadas a outras racialidades, demonstrando a seletividade das desigualdades raciais no contexto brasileiro. Benevides (2018) aponta que “(...) estas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais negras, assim como são as negras as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas”, No requisito renda, 3 informaram receber bolsa-família⁸ e 2, BPC Loas.

Gráfico 3 – Renda



⁸Programa assistencial do Governo Federal de transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, tendo como objetivo a superação da situação de vulnerabilidade e pobreza.

Para a reflexão sobre os principais tipos de violência sofridas foram analisadas as respostas pertinentes ao item 2 do questionário, Apêndice I. O primeiro dado a observar aponta que todas as entrevistadas declararam que já foram vítimas de lgbtfobia. Indagadas a respeito das circunstâncias, foram múltiplos os relatos, porém foi possível reconhecer singularidades. Indi informou que até hoje se mantém afastada da família devido ao preconceito sofrido.

Nesse sentido, é possível perceber que a violência é acentuada a partir das desigualdades raciais e de gênero, estando fortemente relacionada aos marcadores sociais da diferença, os quais se interseccionam e transversalizam. Embora este estudo não se detenha a uma hierarquia de opressões, pode-se dizer que a agregação entre os marcadores acentua ou torna a violência mais latente.

Percebe-se assim que a transfobia permeia os conflitos familiares alegados como principal motivo de vinda para as ruas. Dandara informou que, após o falecimento de sua mãe, a família a expulsou da casa a que supostamente teria direito como uma de suas herdeiras. É possível acrescentar ainda que a violência praticada pelo parceiro foi o motivo para que Geovana viesse para a rua: “*Prefiro me prostituir sozinha do que apanhar e ter que sustentar vagabundo. Cansei*”. A violência sexual também surge nos relatos das entrevistadas, assim como a violência institucional, observada por meio de agressões físicas, verbais e psicológicas e da recusa da utilização do nome social.

Quatro das cinco entrevistadas disseram que na opinião delas as mulheres trans não concorrem em condições de igualdade às vagas ofertadas pelo mercado formal de trabalho. Geovana disse que gostaria de trabalhar como atendente de telemarketing ou cuidadora de idosos, mas desistiu devido ao preconceito.

As entrevistadas apontam, segundo material analisado, que as múltiplas violências vivenciadas podem ser vistas como uma violência de gênero, na medida em que todas relataram vivências envolvendo preconceito. Os relatos também destacam que as violências sofridas surgiram gradativamente.

Matusi declarou que já sofreu todos os tipos de violência e falou sobre a insegurança das ruas, sobre o medo que sentia dos clientes dos programas e que muitas vezes não recebia pelo programa e ainda era vítima de ameaças e de espancamentos.

Por fim, busquei mapear as vivências das interlocutoras a partir das vivências na unidade de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ em situação de rua, antigo CPA4 e atualmente Albergue David Miranda, em homenagem ao militante e ex-deputado que faleceu em 2023. Dessa forma, perguntei às entrevistadas se já tinham sofrido algum tipo de violência

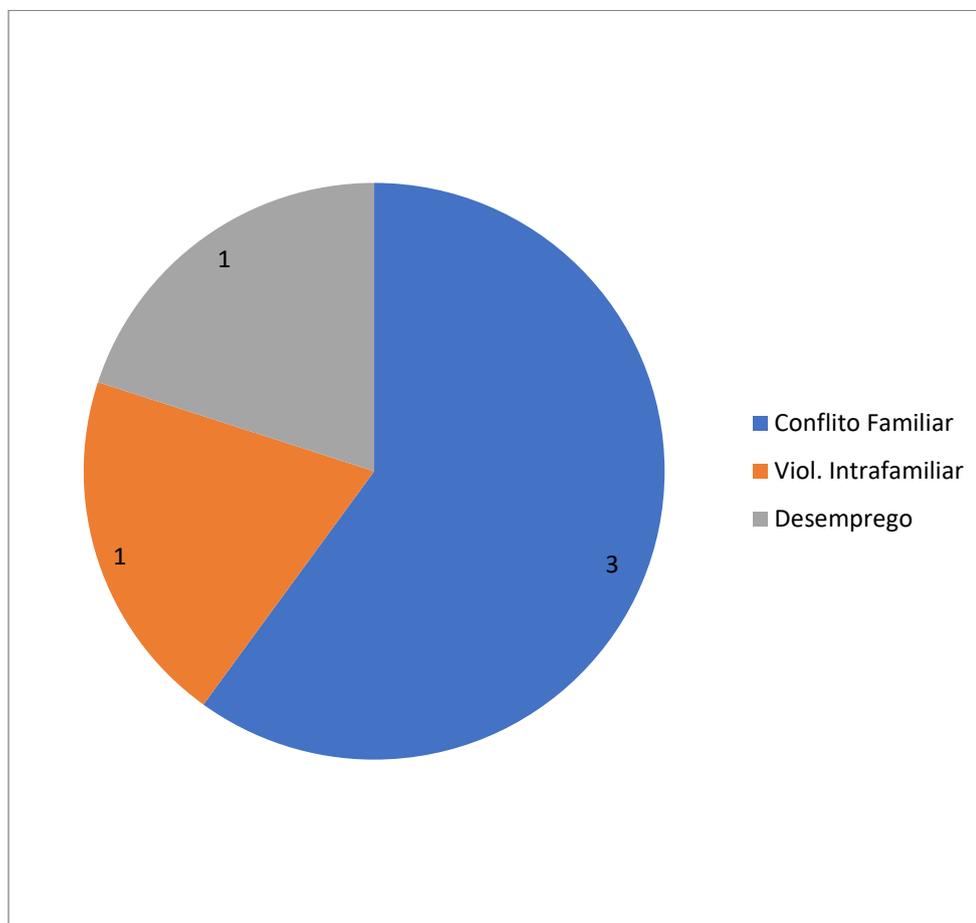
institucional ou discriminação na unidade; todas foram unânimes em declarar que nunca se sentiram discriminadas, e avaliaram a unidade como espaço de proteção. Trata-se de um dado relevante, pois corrobora a avaliação de que ações afirmativas são necessárias para a garantia dos direitos das PESSOAS LGBTQIA+.

Embora a prostituição não seja objeto de análise nesta pesquisa, cabe ressaltar que quatro das cinco entrevistadas declararam que já se prostituíram para subsistência nas ruas, incentivadas pelos parceiros.

Não obstante, os dados coletados apontam os riscos aos quais estão expostas, tendo em vista que três das cinco entrevistadas relataram já ter sido vítimas de violência sexual.

Em que pese a importância de um espaço de acolhimento como ação afirmativa, entendi necessário realizar a pergunta às pessoas pesquisadas, com o intuito de não falar por elas, mas por meio delas. Quando indagadas sobre a situação de rua, as cinco entrevistadas declararam que se sentiam mais protegidas por estarem em uma unidade de acolhimento exclusivamente dedicada ao público LGBTQIA+.

Gráfico 4 – Motivos para a vinda para as ruas



Ao analisar as respostas fornecidas pelas cinco pessoas entrevistadas, é possível identificar algumas tendências e padrões relacionados à violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro.

Na pergunta sobre a percepção de vulnerabilidade social, todas as entrevistadas responderam afirmativamente, indicando que se encontram em uma situação de grave dificuldade, com moradia precária e tensão alimentar. Essa resposta demonstra a vulnerabilidade enfrentada pelo grupo, que muitas vezes é excluído e marginalizado pela sociedade.

Em relação à renda mensal e origem de renda, as respostas variaram. Algumas entrevistadas relataram não ter uma renda fixa ou estável, dependendo de trabalhos informais ou doações para sobreviver. Isso indica a falta de oportunidades de emprego e a instabilidade

financeira enfrentada por essas pessoas.

Quanto às abordagens policiais, a maioria das entrevistadas respondeu que já foi abordada e revista por policiais. Em alguns casos, relataram ter sido vítimas de violência física ou verbal durante essas abordagens. As respostas indicam a frequência das abordagens e a violência sofrida por esse grupo, destacando a necessidade de medidas para garantir a segurança e proteção dessas pessoas.

Na questão sobre discriminação em decorrência da sexualidade ou gênero por parte de policiais/agentes estatais também houve respostas afirmativas. Isso evidencia a existência de preconceito e discriminação enfrentados por travestis e mulheres trans durante as abordagens policiais, refletindo a necessidade de conscientização e treinamento para os agentes de segurança.

Quanto ao uso de pronomes corretos durante as abordagens policiais, algumas entrevistadas relataram que os policiais utilizam pronomes errados ao se referirem a elas, o que é considerado uma forma de violência simbólica. Essa falta de reconhecimento da identidade de gênero reforça a importância de respeitar a autodeterminação e a identidade das pessoas trans.

Em relação à frequência das abordagens policiais realizadas por homens ou mulheres, a maioria respondeu que as abordagens são realizadas principalmente por homens. Poucas entrevistadas relataram ter solicitado uma policial mulher para a revista. Essas respostas destacam a importância de oferecer opções de gênero durante as abordagens, garantindo o respeito à dignidade e à intimidade das pessoas abordadas.

No que diz respeito às experiências nas delegacias, algumas entrevistadas relataram ter sido levadas à delegacia em decorrência de abordagens, mas não forneceram detalhes sobre a situação. É importante ressaltar a importância de um tratamento adequado e respeitoso das pessoas trans nesses espaços, garantindo seus direitos e proteção.

No geral, as respostas indicam que as abordagens policiais são percebidas como violentas e desrespeitosas. Algumas entrevistadas relataram ter sofrido situações de violência, ameaças e favoritismo por parte dos policiais. Esses relatos reforçam a necessidade de uma mudança nas práticas policiais, visando o respeito aos direitos humanos e à integridade das pessoas trans.

No que se refere à discriminação racial, algumas entrevistadas mencionaram ter sofrido discriminação por agentes institucionais com base em sua raça, o que demonstra a interseccionalidade das violências enfrentadas pelas travestis e mulheres trans negras.

Ao associar as respostas obtidas nas entrevistas com o tema em questão, que é a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro,

podemos identificar diversos aspectos que corroboram a realidade enfrentada por esse grupo social.

A percepção de vulnerabilidade social manifestada por todas as entrevistadas reforça a situação precária em que se encontram, com moradia instável e dificuldades de acesso a alimentos básicos. Essa vulnerabilidade é agravada pela violência física, verbal e simbólica sofrida durante as abordagens policiais, como relatado por algumas participantes.

A falta de reconhecimento e respeito à identidade de gênero das travestis e mulheres trans é evidenciada nas abordagens policiais, que muitas vezes utilizam pronomes inadequados, negando sua autodeterminação e perpetuando uma cultura de discriminação. Essa falta de reconhecimento contribui para a violência e marginalização enfrentada por essas pessoas.

A frequência das abordagens policiais, principalmente realizadas por homens, demonstra uma realidade em que travestis e mulheres trans estão mais expostas à violência e ao abuso de poder por parte das autoridades. A necessidade de solicitar uma policial mulher para a revista revela a importância de garantir a segurança e o respeito durante essas situações.

Além das abordagens policiais, as entrevistadas relataram situações de violência, ameaças e favores sob coação por parte dos policiais. Essas práticas contribuem para um ambiente de impunidade e perpetuação da violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua.

A interseccionalidade das violências também é perceptível nas respostas. Algumas entrevistadas mencionaram ter sofrido discriminação racial por agentes institucionais, o que evidencia a forma como a violência se multiplica quando associada à identidade de gênero e raça.

A falta de tratamento adequado nas delegacias e a ausência de relatos detalhados sobre as situações em que foram levadas à delegacia também revelam a desconfiança e o medo que as travestis e mulheres trans têm em relação às instituições de segurança e justiça.

A análise das respostas reforça a necessidade de políticas públicas que combatam a violência e promovam a inclusão social e o respeito aos direitos humanos desse grupo vulnerável. É preciso garantir que as instituições de segurança sejam capacitadas para lidar de forma respeitosa e sensível com a diversidade de identidades de gênero.

Além disso, é fundamental promover a conscientização e a educação sobre os direitos das travestis e mulheres trans, visando combater a discriminação e o preconceito presentes na sociedade. É necessário criar espaços seguros e acolhedores para que essas

pessoas possam buscar apoio e proteção.

Ouvir as vozes das pessoas diretamente afetadas é fundamental para compreender a realidade vivida e buscar soluções efetivas. Somente por meio do diálogo, da conscientização e da implementação de políticas inclusivas será possível combater a violência e promover a igualdade de direitos para travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro.

A falta de acesso a serviços básicos de saúde também é uma preocupação levantada pelas entrevistadas. A dificuldade em obter atendimento médico adequado, incluindo acompanhamento hormonal e acesso a preservativos, coloca essas mulheres em maior risco de doenças e infecções. É necessário que políticas de saúde sejam implementadas visando atender às demandas específicas desse grupo.

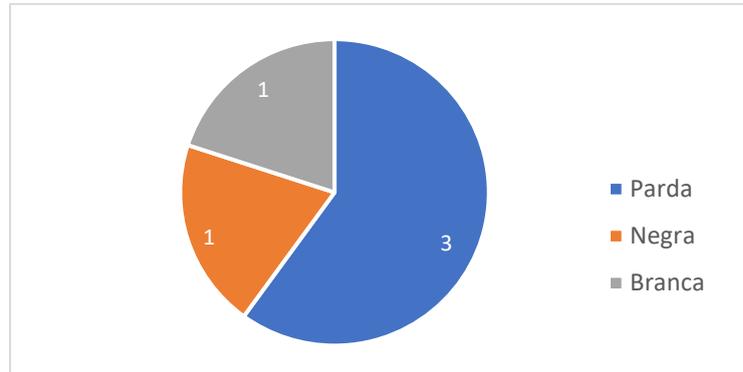
As respostas revelam a importância do reconhecimento da identidade de gênero das travestis e mulheres trans por parte das instituições policiais. O uso incorreto de pronomes e tratamentos desrespeitosos reforça a marginalização e a violência simbólica que essas mulheres enfrentam. É essencial que as forças policiais recebam treinamento adequado para lidar com a diversidade de gênero de forma respeitosa e sensível.

A análise das respostas também aponta para a necessidade de políticas de inclusão no mercado de trabalho. As entrevistadas mencionam a dificuldade em obter emprego formal, o que as coloca em situação de vulnerabilidade econômica. A promoção de oportunidades de trabalho e ações afirmativas são importantes para combater a exclusão e promover a autonomia financeira dessas mulheres.

A falta de acesso à educação também é um fator preocupante mencionado nas respostas. A exclusão educacional limita as oportunidades dessas mulheres, perpetuando o ciclo de desigualdade e violência. É essencial que sejam implementadas políticas inclusivas que garantam o acesso à educação e promovam a igualdade de oportunidades.

Correlacionado à questão da empregabilidade está a escolaridade. As entrevistadas relatam que desde jovens/adolescentes convivem com a questão da discriminação, tanto da família quanto da sociedade, o que favorece a evasão escolar, tanto pelo preconceito quanto para trabalhar e se sustentar.

Gráfico 5 – Escolaridade



A discriminação racial também é uma questão relevante, destacada pelas entrevistadas. A interseccionalidade entre gênero, raça e situação de rua amplifica as violências sofridas, evidenciando a importância de políticas públicas que abordem essa realidade de forma abrangente e sensível.

A análise das respostas reforça a necessidade de uma abordagem holística e integrada para enfrentar a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua. É fundamental que os esforços sejam coordenados entre diferentes setores da sociedade, incluindo organizações não governamentais, instituições públicas e a própria comunidade, visando a construção de uma rede de proteção e apoio efetiva.

A visibilidade dessas questões por meio de pesquisas acadêmicas, como esta dissertação, é um passo importante para sensibilizar a sociedade e os tomadores de decisão sobre a urgência de ações efetivas. É necessário criar espaços de diálogo e engajamento para que as vozes das travestis e mulheres trans sejam ouvidas e suas necessidades sejam atendidas.

A análise das respostas evidencia a necessidade de desconstruir estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade em relação à identidade de gênero. A educação, a conscientização e a promoção do respeito à diversidade são fundamentais para criar uma cultura inclusiva e combater a violência estrutural enfrentada por travestis e mulheres trans em situação de rua.

É crucial também o envolvimento das instituições governamentais no desenvolvimento e implementação de políticas públicas que garantam os direitos dessas mulheres. A criação de abrigos seguros, programas de reinserção social, acesso a educação e qualificação profissional são algumas das medidas que podem contribuir para a redução da violência e o fortalecimento dessas pessoas.

A pesquisa permite afirmar que a violência contra travestis e mulheres trans em

situação de rua é um reflexo das estruturas sociais que perpetuam a discriminação e a exclusão. É fundamental a adoção de uma abordagem interseccional que considere as múltiplas dimensões da identidade e que busque enfrentar as desigualdades estruturais.

A solidariedade e a criação de espaços de acolhimento e apoio mútuo entre as travestis e mulheres trans são aspectos destacados pelas respostas. A união e a sororidade são fundamentais para fortalecer a resistência desse grupo e criar redes de proteção social mais robustas.

A análise das respostas evidencia a importância de um trabalho conjunto entre o poder público e a sociedade civil na elaboração e implementação de políticas e ações voltadas para a promoção dos direitos e a garantia da segurança e dignidade das travestis e mulheres trans em situação de rua.

A invisibilidade dessas mulheres na sociedade é um dos principais obstáculos enfrentados. A ausência de representatividade e de espaços de participação e escuta dificulta a construção de políticas inclusivas e efetivas. É fundamental promover a visibilidade dessas vozes e garantir sua participação ativa na tomada de decisões.

A análise das respostas reforça a importância de uma abordagem centrada nas necessidades e demandas específicas desse grupo. É necessário reconhecer que a violência e a discriminação contra travestis e mulheres trans em situação de rua são estruturais, e demandam ações estratégicas e intersetoriais para sua efetiva transformação.

A violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua é um grave problema social que requer uma análise aprofundada e busca por soluções efetivas. A análise das respostas colhidas neste estudo evidencia a complexidade dessa realidade e aponta para a necessidade de uma abordagem multidimensional para enfrentar esse cenário de violações de direitos humanos.

É fundamental destacar que a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua está intrinsecamente ligada à interseccionalidade de suas identidades. A discriminação de gênero, orientação sexual, raça e classe social se entrelaçam e intensificam as violências sofridas por essas pessoas, tornando-as ainda mais vulneráveis a situações de exclusão, marginalização e violência.

A ausência de políticas públicas efetivas e a falta de proteção adequada por parte das instituições são fatores que contribuem para a perpetuação dessa violência. A falta de acesso a moradia digna, emprego formal, saúde integral, educação e outros direitos básicos contribuem para a marginalização e vulnerabilidade social dessas mulheres.

A análise das respostas revela a presença constante da violência policial no cotidiano

dessas mulheres. As abordagens violentas, revistas vexatórias e desrespeito à identidade de gênero são relatos recorrentes, demonstrando a urgência de uma mudança na cultura institucional e de treinamentos sensíveis e inclusivos para os agentes de segurança.

A situação de rua, agravada pela violência e falta de proteção por parte das instituições, faz com que essas mulheres vivam em constante vulnerabilidade. A falta de abrigos seguros e políticas de assistência social adequadas contribui para a exposição a perigos, abusos e exploração.

A análise das respostas também evidencia a importância de fortalecer as redes de apoio e solidariedade entre as travestis e mulheres trans em situação de rua. O compartilhamento de experiências, a troca de informações e o apoio mútuo são fundamentais para enfrentar os desafios e construir estratégias de resistência e empoderamento.

A discriminação e a violência enfrentadas por essas mulheres afetam diretamente sua saúde mental. A ausência de acesso a serviços de saúde mental e psicossocial contribui para o agravamento dos quadros de ansiedade, depressão e outros transtornos psíquicos. É essencial que sejam criados espaços de acolhimento e cuidado integral da saúde dessas mulheres.

A análise das respostas também chama a atenção para a importância da inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho. A falta de oportunidades de emprego formal agrava a vulnerabilidade econômica, dificultando o acesso a recursos básicos de sobrevivência. Políticas de inclusão laboral são necessárias para combater a exclusão e promover autonomia financeira.

A questão racial também se faz presente nas respostas, evidenciando que mulheres trans e travestis negras enfrentam uma dupla marginalização, sofrendo violências estruturais e discriminatórias em decorrência de raça e gênero. É fundamental que as políticas públicas adotem uma perspectiva interseccional, reconhecendo as especificidades e desigualdades vivenciadas por essas mulheres.

A falta de representatividade política e institucional é uma lacuna identificada nas respostas. A ausência de travestis e mulheres trans em espaços de tomada de decisão dificulta a implementação de políticas públicas que realmente atendam às suas demandas e necessidades. É fundamental garantir a participação dessas mulheres em todas as instâncias de poder.

A análise das respostas reforça a importância da conscientização e da sensibilização da sociedade como um todo. É necessário combater a transfobia, o preconceito e a estigmatização que permeiam a vida dessas mulheres. A educação e a disseminação de informações corretas sobre identidade de gênero são ferramentas essenciais para promover a inclusão e a igualdade.

A atuação de organizações não governamentais e grupos de ativismo também é fundamental para oferecer suporte e acolhimento a essas mulheres. A criação de redes de apoio e a promoção de ações afirmativas contribuem para fortalecer a resistência e a luta por direitos.

A análise das respostas aponta para a importância de uma abordagem integral, que englobe ações nas áreas da segurança, saúde, assistência social, educação e trabalho. Somente por meio de uma atuação abrangente e articulada será possível enfrentar efetivamente a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua.

A legislação precisa ser fortalecida para garantir a proteção e os direitos dessas mulheres. A implementação e o cumprimento das leis existentes, como a Lei de Identidade de Gênero e a Lei Maria da Penha, são fundamentais para combater a violência e a discriminação.

A violência percorre a trajetória das interlocutoras e da população trans feminina no geral, sendo que a vulnerabilização frente à violência está fortemente ligada e interseccionada aos marcadores sociais da diferença, como raça, classe, gênero e outros.

[...] gênero – enquanto uma categoria isolada – acaba por restringir demasiadamente as análises a um único aspecto. A realidade mostra-se mais complexa, pois nela interagem outras categorias sociais que, juntas, têm maior potencial analítico e explicativo. (FACHINETTO, 2012, p.104)

Acrescenta-se que as categorias sociais dão margem explicativa para compreender a brutalização das violências praticadas contra corpos dissidentes da cisheteronorma. Nesse compasso, é possível decifrar a violência como elemento unificador das vivências transexuais femininas, como argumentam Seffner e Passos:

Para além dos distintos caminhos, independentemente de serem pessoas de classe alta, média ou baixa, de diferentes etnias, raças, religiões, por mais dissonantes que tais narrativas pareçam ser, há um elemento que as unifica mesmo em sua diferença. É absolutamente frequente que, ao remeter à sua própria história, uma travesti ou transsexual reconheça uma constante proximidade comum desejável: a violência, como um conjunto de práticas que assolam constantemente suas vidas, introduzindo o medo ao circular e se expor. (SEFFNER E PASSOS, 2016, pag. 142)

Desse modo, as interlocutoras experimentam diferentes situações de violência, bem como estão expostas a elas diferentemente, uma vez que, embora compartilhem a vivência transexual e de situação de rua, o marcador raça se faz presente como ponto diferencial, tendo em vista não haver uniformidade racial entre as pessoas pesquisadas. Não obstante, como

referido pelos autores Seffner e Passos, apesar da existência de marcadores sociais da diferença, ser uma pessoa travesti ou transsexual no contexto brasileiro faz com que se experimente a violência em alguma de suas esferas. A violência nas experiências de quem se encontra em situação de rua é uma realidade constante e complexa:

[...] encontramos a violência como um dos elementos intrínsecos ao universo das moradoras de rua – seja implícita ou explícita. A violência pode ser enfocada nos conflitos territoriais, nas práticas sexuais ou opressões de gênero entre os próprios habitantes de rua, nas intervenções materiais e simbólicas agressivas concretizadas pelos agentes urbanísticos, ou no discurso, no plano da ofensa recorrente dirigida a esse segmento, alimentando o ciclo estigmatizante de sua imagem (ROSA e BRÊTA, 2015, pag. 280)

Contudo, em que pese a violência ser um elemento em comum, a vivência transexual e, mais especificamente, as experiências das Divas da Rua são permeadas de resistências ao conseguirem, dentro do contexto social no qual se encontram, realizar estratégias de sobrevivência e estratégias diárias de luta. Andar em grupo composto pela maioria trans, por exemplo, como pude observar, trata-se de um desses mecanismos. Durante a pesquisa de campo, observei que frequentemente as interlocutoras, apesar dos conflitos que porventura possam ocorrer entre elas, preocupam-se umas com as outras, sendo comum procurarem notícias das que permanecem afastadas do grupo, estando sempre alertas a qualquer relato. Dessa forma, é possível sustentar que a rua para as interlocutoras também é “um modo específico de se constituir a existência” e as suas relações, e não somente o local onde fazem seu domicílio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ é um tema de extrema importância para a sociedade e para a política pública. Essa população enfrenta uma série de desafios e vulnerabilidades que contribuem para sua marginalização social. A falta de acesso à moradia, ao trabalho formal e aos serviços públicos são fatores determinantes para a sua vulnerabilidade. Além disso, a discriminação e o preconceito enfrentados por essas pessoas também são fatores que contribuem para a violência que sofrem.

As diferentes formas de violência enfrentadas por travestis e mulheres trans em situação de rua são amplas, e abrangem desde agressões físicas até discriminação verbal e psicológica. Essas pessoas são frequentemente alvo de ataques violentos, muitas vezes motivados por transfobia e preconceito. Além disso, elas também sofrem com a exclusão social, o que as torna mais suscetíveis à violência.

A violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua tem consequências devastadoras para a saúde física e mental dessas pessoas. Altos índices de depressão, ansiedade e suicídio são observados nesta população, resultado direto da violência sistemática que enfrentam. É fundamental reconhecer o impacto negativo dessa violência na vida dessas pessoas e buscar soluções efetivas para combatê-la.

No Município do Rio de Janeiro/RJ existem iniciativas governamentais e não governamentais voltadas para combater a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua. No entanto, é necessário analisar a efetividade dessas iniciativas e identificar possíveis lacunas. É preciso garantir que essas políticas sejam implementadas de forma abrangente e que atendam às necessidades específicas dessa população.

A educação e conscientização da sociedade são fundamentais para combater o preconceito e promover a inclusão de travestis e mulheres trans em situação de rua. Projetos educacionais têm obtido sucesso nesse sentido, promovendo a sensibilização e o respeito pela diversidade de gênero. Esses projetos são importantes ferramentas para desconstruir estereótipos e preconceitos, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva.

Para reduzir a violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no Município do Rio de Janeiro/RJ é necessário adotar uma abordagem multifacetada. O fortalecimento das redes de apoio, como organizações não governamentais e grupos de suporte, é fundamental para oferecer suporte emocional, assistência jurídica e acesso a serviços básicos. Além disso, a criação de abrigos específicos para esse público, com

profissionais capacitados para lidar com suas necessidades específicas, é uma medida essencial (SOUZA, 2015).

As perspectivas futuras para o enfrentamento da violência contra travestis e mulheres trans em situação de rua no Município do Rio de Janeiro/RJ envolvem a necessidade de uma maior proteção dessas pessoas. É preciso investir em políticas públicas que garantam o acesso à moradia, ao trabalho formal e aos serviços públicos. Além disso, é fundamental fortalecer as iniciativas educacionais e conscientizar a sociedade sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade de gênero. Somente assim será possível criar um ambiente seguro e acolhedor para essa população vulnerável.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019. (Feminismos Plurais).

ALIPRANDE, C. S.; ROMANHOLI, A. C. Vozes na Rua: Vivências de Mulheres em Situação de Rua e Seus Atravessamentos. 2022. Disponível em: <<https://unisaes.br/wp-content/uploads/2023/06/VOZES-NA-RUA-VIVENCIAS-DE-MULHERES-EM-SITUACAO-DE-RUA-E-SEUS-ATRAVESSAMENTOS-final.pdf>>. Acesso em: 01 set 2022.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões Sobre a Possibilidade da Despatologização da Transexualidade e a Necessidade da Assistência Integral à Saúde de Transsexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), p. 380-407, 2013.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019. (Feminismos Plurais). E-book.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. Sistema Penal Máximo Cidadania Mínima: Códigos da Violência na Era da Globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

ARAN, Márcia. A Transexualidade e a Gramática Normativa do Sistema Sexo-gênero. *Ágora* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, Jun 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151614982006000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out 2022.

ARAÚJO NETO, J. J. de. Direito à Cidade da População LGBTQI+: da Violência Familiar ao Ingresso em Situação de Rua. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico*, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 579, 2018. Disponível em: <<http://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/579>>. Acesso em: 20 set 2022.

ASYL Dakpogan. Em Busca das Explicações Históricas da Violências contra Mulheres em Situação de Rua de Porto Alegre. 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/208141/Resumo_63185.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 set 2022.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica ao Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARROS, José Ourismar. A Pessoa em Situação de Rua e a Vida que não Merece Ser Vivida. In: PELLEGRINI, Ada, et al (Orgs.). Direitos Fundamentais das Pessoas em Situação de Rua. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016. 2. ed. p. 153-177.

BARROS, Keila Cristina Costa et al. Saúde da Mulher Transgênera em Situação de Rua. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 23, n. 2, p. e11698-e11698, 2023.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, 2021. Disponível em: <http://esmp.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/valorizacao_diversidade/cartilhas/Antra%20dossi%C3%AA%202021.pdf>. Acesso em: 05 set 2022.

BENEVIDES, Bruna G. Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Brasília: Distrito Drag, Antra, IBTE, 2018. 121p. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 10 out 2022.

BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naider. Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, Antra, IBTE, 2020 80p. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossiedosassassinatoseviolenciacontra pessoa s-trans-em-2018.pdf>> Acesso em: 24 set 2022.

BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naider. Dossiê: Assassinatos e da Violência Contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018. Brasília: Distrito Drag, Antra, IBTE, 2019. 68p. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossiedosassassinatoseviolenciacontra pessoa s-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 12 set 2022.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. CLAM. 2014. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf>. Acesso em: 04 out 2022.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do Gênero: A Politização das Identidades Abjetas. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, Ago 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2012000200017&lng=e n&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov 2022

BORGES, Juliana. Encarceramento em Massa. São Paulo: São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019. (Feminismos Plurais).

BORRILLO, Daniel. Homofobia: História e Crítica de um Preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. Cad. Pagu, Campinas, n. 26, p. 329-376, June 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332006000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 set 2022.

BRANDÃO, B. C.; PRADOS, N. C .C. Por Onde Circulam Os Corpos Invisíveis? Intersecções Entre População em Situação de Rua e Gêneros Dissidentes no Institucional Urbano. Revista Brasileira de Estudos de População, [S.l.], v. 36, n. 3, p. 1-20, 2019. Disponível em: <<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/210>>. Acesso em: 03 dez 2022.

BRANDI, C. C. Divas da Rua: Um Estudo Sobre a Criminalização Secundária de Mulheres Transexuais e Travestis em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre/RS. 2020. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/222188>>. Acesso em: 18 ago 2022.

BRANDI, Caru Costa. Divas da Rua: Um Estudo Sobre a Criminalização Secundária de Mulheres Transexuais e Travestis em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre/RS. 2020.

BRASIL. LIM/1830, de 16 de dezembro de 1830. Código Penal. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 16 dez 1830. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 18 ago 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Relatório do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN).2019. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTVjZDQyODUtN2FjMi00ZjFkLTlhZmItNzQ4YzYwNGMxZjQzIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 17 dez 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Balanço Disque 100, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/ptbr/acesoainformacao/ouvidoria/Disque_Direitos_Humanos.pdf>. Acesso em: 14 set 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde. População em Situação de Rua e Violência - uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017. In: Boletim Epidemiológico. Brasília. Vol. 50. n. 14. 2019. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wpcontent/uploads/2019/06/Populac%CC%A7a%CC%83oem_situac%CC%A7a%CC%83oderuaeviol%CC%82nciaumaana%CC%81lisedasnotificac%CC%A7o%CC%83es-no-Brasil-de-2015-a-2017.pdf>. Acesso em: 14 set 2022.

BRASIL. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 19 set 2022.

BUTLER, Judith. Corpos que Pesam: Sobre os Limites Discursivos do “Sexo”. In: LOURO, G.L. O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte:

Autêntica, p. 151-172, 2000.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. Vida Precária: Os Poderes do Luto e da Violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 1ª ed.

CAPUTO, Ubirajara de None. Geni e os Direitos Humanos: Um Retrato da Violência Contra Pessoas Trans no Brasil do Século XXI. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARAVACA MOREIRA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica Trans: Diálogos sobre Dispositivos de Poder, Morte e Invisibilização na Contemporaneidade. Texto Contexto - enferm., Florianópolis, v. 27, n. 2, e3770017, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072018000200326&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 set 2022.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso. Histórias de Vida e Representações Sociais do Sexo, Corpo, Gênero e Sexualidade Entre Pessoas Transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica. 2016. 351 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programade Pós-Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2016.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima et al. "Muito Prazer, Eu Existo!" Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil. 2015.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima et al. Que Mulher é Essa?: Identidade, Política e Saúde no Movimento de Travestis e Transexuais. 2011.

CARVALHO, Salo de. A Política Criminal de Drogas no Brasil: Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06. São Paulo: Saraiva, 2014. 7ª ed. rev., atual. e ampl. E-Book.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. Gênero, Uma Perspectiva Global: Compreendendo o Gênero da Esfera Pessoal à Política no Mundo Contemporâneo. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Daniela Márcia Caixeta. BORRILLO, Daniel. Homofobia: História e Crítica de Um Preconceito. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 585-587, maio 2012. ISSN1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200019>. Acesso em: 14 jan 2023.

DA CUNHA PRADOS, Nathália Carneiro; BRANDÃO, Brune Coelho; PERUCCHI, Juliana. Por onde circulam os corpos invisíveis? Intersecções entre População em

Situação de Rua e Gêneros Dissidentes no Acesso Institucional urbano. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 2, n. 5, 2019.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: Um Problema Global de Saúde Pública. Ciência. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232006000500007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jan 2023.

DE ARAÚJO NETO, José Aloir Carneiro. Direito à Cidade da População LGBTQI+: Da Violência Familiar ao Ingresso em Situação de Rua. Revista Brasileira de Direito Urbanístico, RBDU, p. 65-76, 2018.

DE LIMA CARVALHO, Mario Felipe; DE MENEZES, Moisés Santos. Violência e Saúde na Vida de Pessoas LGBTI. SciELO-Editora, FIOCRUZ, 2021.

DE LUCCA, Daniel. A Rua em Movimento: Experiências Urbanas e Jogos Sociais em Torno da População de Rua. 2007. 243 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2007.

DE MEDEIROS, Lis Paiva; AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes; NOBRE, Maria Teresa. Narrativas LGBT de Pessoas em Situação de Rua: Repensando Identidades, Normas e Abjeções. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 15, n. 1, p. 1-16, 2020.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: Novas Propostas, Velhos Dilemas. Rev.bras. Ci. Soc., São Paulo, v.23, n.66, p. 165-185, fev 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092008000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jan 2023.

DIAS, A. L.; BORGES, A. O.; CUNHA, B. E. D. B. À Margem da Cidade: Trajetórias de Invisibilidade e Exclusão de Travestis em Situação de Rua. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 8, n. 2, p. 227-242, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202015000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 26 ago 2022.

DIAS, André Luiz Freitas et al. À Margem da Cidade: Trajetórias de Invisibilidade e Exclusão de Travestis em Situação de Rua. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 8, n. SPE, p. 214-233, 2015.

FACHINETTO, Rochele Fellini. Quando Eles as Matam e Quando Elas os Matam: uma Análise dos Julgamentos de Homicídio pelo Tribunal do Júri. Orientador: José Vicente Tavares dos Santos. 2012. 423 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2012.

FEITOSA, Cleyton. Políticas Públicas LGBT no Brasil: Um Estudo Sobre o Centro

Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), p. 90-118, 2019.

FERNANDES, C. P. Avenida Feminilidades: Mulheres Trans e Travestis em Situação de Rua em Manaus. Editora Dialética, 2021. Disponível em: <https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=k70TEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=viol%C3%Aancia+contra+travestis+e+mulheres+trans+em+situa%C3%A7%C3%A3o+de+rua+na+pol%C3%ADtica+Social&ots=HaPq_ivGY&sig=xzaluNmaZZcrWJS0wXf_pQWZn6s>. Acesso em: 10 set 2022.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo Negro Caído no Chão: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) –Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FLORES, Caroline Mattos. Diversidades Encarceradas: Uma Análise Sobre a LGBTfobia Institucional no Sistema de Justiça Criminal Brasileiro. 2018. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 13, 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2019/09/Anuario2019FINALv3.pdf>>. Acesso em: 17 set 2020.

FOUCAULT, Michel. Aula 17 de março de 1976. In: Em Defesa da Sociedade. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: A Vontade de Saber. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed, 2015.

GARCIA, M. R. V. Diversidade Sexual, Situação de Rua, Vivências Nômades e Contextos de Vulnerabilidade ao HIV/AIDS. Temas em Psicologia, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751772015.pdf>>. Acesso em: 05 nov 2022

GEHLEN, Ivaldo. et al. Dinâmicas, Estratégias e Mundo da População em Situação de Rua de Porto Alegre. In: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta dos(org.). População de Rua: Políticas públicas, Práticas e Vivências. Porto Alegre: Cirkula, 2017. p.17-43.

GIL, Adriana Costa et al. (Sub) Notificações de Violências Interpessoais Contra Travestis e Mulheres Transexuais: Linkagem entre um Inquérito Populacional e o Sistema de Informação. 2022.

GÓES, Luciano. A “Tradução” de Lombroso na Obra de Nina Rodrigues: O racismo Como Base Estruturante da Criminologia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1ª ed., 2016.

GOMES, Carla de Castro. Corpo e Emoção no Protesto Feminista: a Marcha das Vadias

do Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), p. 231-255, 2017.

GONÇALVES, Talita Fernandes. *Rua, Substantivo Feminino: Mulheres em Movimento e o Direito ao Corpo na Cidade*. 2019. 98 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2019.

GONÇALVES, Vanessa Chiari. *Tortura e Cultura Policial no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

IGLESIAS, B. M. *As Experiências Sociais de Mulheres em Situação de Rua em Porto Alegre/RS*. 2022. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/252770>>. Acesso em: 04 fev 2023

LEMÕES, Tiago. *A Máquina de Guerra contra o Estado Tóxico: Captura e Conjuração Estatal na Luta Pelos Direitos da População de Rua*. *Anuário Antropológico*, v. 44, n. 1, 28 jun 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/10862>>. Acesso em: 16 jan 2023.

LEMÕES, Tiago. *Casa, Rua e a Fluidez de suas Fronteiras: Diálogos Etnográficos e Reflexivos sobre o Fenômeno “População em Situação de Rua”*. *Cadernos do LEPAARQ –Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. V. IX, nº 17/18. Pelotas, RS. Editora da UFPEL, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1797>>. Acesso em: 05 fev 2023.

LEMÕES, Tiago. *De vidas Infames à Máquina de Guerra: Etnografia de Uma Luta Por Direitos*. 2017. 298 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2017.

LEMÕES, Tiago. *O Estado de “Olhos Bem Abertos”: Um Debate Sócio-histórico Sobre Violência, Massacre e Direitos da População de Rua no Sul do Brasil*. In: CALAZANS, Márcia Esteves; CASTRO, Mary Garcia; PIÑEIRO, Camila (orgs). *América Latina*, volume 2: *Corpos, Trânsitos e Resistências*. Editora Fi: Porto Alegre, 2018. 339-372 p.

LEMÕES, Tiago. *Pedra, Cimento, Corpos e Moralidades: Sobre Crack e Enfrentamentos Urbanos*. *Revista de Antropologia*, v. 59, n. 2, p.197-203, 14 out 2016.

LEMOS, Diego José Souza. *Contando as Mortes da Violência Trans-homofóbica: Uma Pesquisa Sociojurídica dos Processos Criminais na Cidade do Recife e Uma Análise Criminológico-queer da Violência Letal*. 2017. 302f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Direito, Recife, 2017.

MAIA, Clarice Gomes de Medeiros. *Entre a Sopa e o Cuscuz Solidário, a Maior Fome é Por Direitos: A Pessoa em Situação de Rua Enquanto Sujeito de Direitos Individuais e*

Coletivos. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MBEMBE, Achille. Necropolítica, Artes e Ensaios. Revista do PPGAV. UFRJ, n. 32, 2016, 123-151. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 06 mai 2023.

MEDEIROS, LP de; AMORIM, AKMA. Narrativas LGBT de Pessoas em Situação de Rua: Repensando Identidades, Normas e Abjeções. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 1-15, 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3693>. Acesso em: 15 set 2022.

MENDES, Lindalva Guimarães; JORGE, Alzira Oliveira; PILECCO, Flávia Bulegon. Proteção Social e Produção do Cuidado a Travestis e a Mulheres Trans em Situação de Rua no Município de Belo Horizonte (MG). Saúde em Debate, v. 43, p. 107-119, 2020.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: Uma Análise Espacial. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 1709-1722, 2020.

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: Aspectos de Uma Contribuição Analítica Sobre a Categoria “Bandido”. Lua Nova, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 out 2023.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise Textual Discursiva: Processo Reconstutivo de Múltiplas Faces. Ciênc. educ. (Bauru), Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, abr 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151673132006000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 mai 2023.

NETO, Alberi. Como Vão Funcionar os Novos Restaurantes Populares de Porto Alegre: Prefeitura lança hoje o chamamento público para instalação dos novos locais. Serão seis restaurantes nas quatro regiões da cidade, Porto Alegre, 05 jun 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/06/como-vao-funcionar-os-novos-restaurantes-populares-de-porto-alegre-cjwid4f3m00m701oiy5tbuxgg.html>>. Acesso em: 16 mar 2023.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. 1. ed. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 05 mai 2023.

OLIVEIRA, José Wellington de et al. “Sabe a Minha Identidade? Nada a Ver com Genital”: Vivências Travestis no Cárcere. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 38, n. spe2, p.159-174, 2018. Disponível em: <

pcp-38-spe2-0159.pdf>. Acesso em: 10 mai 2023.

OLIVEIRA, Manoel Rufino David de. Interdisciplinaridade e Estudo Criminológico da Violência Homofóbica: Tensões Entre Criminologia e Teoria Queer. Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal-UFRGS, vol. 4, nº1, 2016. p. 61-71. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/redppc/article/view/65757>>. Acesso em: 17 jan 2023.

PARENTE, E. S. Sociedade Civil e Cidadania na Formulação das Políticas Públicas para Atendimento à População LGBTI+ em Situação de Rua. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00308.pdf>>. Acesso em: 03 jun 2023.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: História de Um Conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, Jose (org.). Diferenças e Igualdades. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o Acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): Avanços e Desafios. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 1509-1520, 2017.

PRADOS, NC da Cunha. Por Onde Circulam os Corpos Invisíveis? Intersecções Entre População em Situação de Rua e Gêneros Dissidentes no Acesso Institucional Urbano. Revista Brasileira de Estudos de População, [S.l.], v. 36, n. 1, p. 1-23, 2019. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9936>>. Acesso em: 08 fev 2023.

QUADROS FILHO, Wagner Rabelo. O aumento dos Trans Assassinatos Durante a Pandemia de Covid-19 e a Necropolítica Transversalizada. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ROSA, Anderson da Silva; BRETAS, Ana Cristina Passarella. A Violência na Vida de Mulheres em Situação de Rua na Cidade de São Paulo, Brasil. Interface, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 275-285, Jun 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832015000200275&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun 2023.

ROSSI, Thais Aranha et al. Conhecimentos, Percepções e Itinerários Terapêuticos de Travestis e Mulheres Trans no Cuidado a Infecções Sexualmente Transmissíveis em Salvador, Brasil. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), p. e223, 2022.

RUI, Taniele; FIORE, Mauricio; TÓFOLI, Luís Fernando. Pesquisa Preliminar de Avaliação do Programa “De Braços Abertos”. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBDP) Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://pbpd.org.br/wpcontent/uploads/2016/12/PesquisaDeBra%C3%A7os-Abertos-1->

[2.pdf](#)>. Acesso em 26 fev 2023.

SALGUEIRO, FSC. Políticas Públicas Voltadas à População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo: Uma Análise Sobre o Segmento LGBT que vive na Rua. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/24207>>. Acesso em: 11 out 2022.

SANTOS, Enver Lamarca Oliveira et al. Relato de Experiência: Travestis e Transexuais em Situação de Rua e o Processo de Hormonioterapia pelo SUS. BIS. Boletim do Instituto de Saúde, v. 22, n. 1, p. 111-117, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/38776>> Acesso em: 25 out 2022

SANTOS, Maria Cecília MacDowell dos. Cidadania de Gênero Contraditória: Queixas, Crimes e Direitos na Delegacia da Mulher em São Paulo. In: AMARAL, Alberto do JR; PERRONE MOISÉS, Cláudia (orgs.), O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. São Paulo: Edusp, 1999, p. 315-352.

SANTOS, TAA dos. Colisões da Pandemia do Coronavírus e a Política Social no Enfrentamento das Violências Contra Travestis e Transexuais. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00027.pdf>>. Acesso em: 10 mar 2023.

SARMENTO, Caroline Silveira. O Gênero na Rua: Um Estudo Antropológico com as Mulheres em Situação de Rua em Porto Alegre. 2017. 91 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2017.

SCHUCH, Patrice et al. Equipamentos, Serviços e Visões Sobre Políticas Públicas Para Pessoas Adultas em Situação de Rua em Porto Alegre: Entre Cuidado e a Violência. In: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta dos. População de Rua: Políticas Públicas, Práticas e Vivências. Porto Alegre: Cirkula, 2017. p.45-75.

SCHUCH, Patrice et al. População Adulta em Situação de Rua em Porto Alegre: Uma Síntese. In: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta dos. População de Rua: Políticas Públicas, Práticas e Vivências. Porto Alegre: Cirkula, 2017. p. 77-90.

SCHUCH, Patrice. A Legibilidade Como Gestão e Inscrição Política de Populações: Notas Etnográficas Sobre a Política Para Pessoas em Situação de Rua no Brasil. In: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta dos. População de Rua: Políticas Públicas, Práticas e Vivências. Porto Alegre: Cirkula, 2017. p.279-308.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A Situação de Rua Para Além de Determinismos: Explorações Conceituais. In: DORNELLES, Aline Espindola; OBST, Júlia; SILVA, Marta Borba Silva (org.). A Rua Em Movimento: Debates Acerca da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre: Editora do Brasil, 2012. p. 11-26.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 28 jan 2023.

SEFFNER, Fernando; PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. Uma Galeria para Travestis, Gays e Seus Maridos: Forças Discursivas na Geração de um Acontecimento Prisional. Sex., Salud, Soc., RiodeJaneiro, n. 23, p. 140-161, Ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872016000200140&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 17 jan.2023.

SILVA JUNIOR, Aureliano Lopes da; BRIGEIRO, Mauro; MONTEIRO, Simone. 'Irmandade Travesti é a Nossa Cura': Solidariedade Política Entre Travestis e Mulheres Trans no> Acesso ao Cuidado em Saúde e à Prevenção ao HIV. Saúde em Debate, v. 46, p. 103-116, 2023.

SILVA, Juliana Mendes da et al.> Acesso e Utilização da Atenção Primária à Saúde por Travestis e Mulheres Transexuais no Rio de Janeiro. 2023.

SILVA, Márcia Swênia Brito da. A Experiência de Mulheres em Situação de Rua: Uma Análise Interseccional. 2019. 108f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB.

SILVA, MSB. A Experiência de Mulheres em Situação de Rua: Uma análise Interseccional. Disponível em: <<http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3579>>. Acesso em: 15 dez 2022.

SILVA, Rodrigo Aragão da et al. Itinerários Terapêuticos da População Trans em Um Município do Nordeste Brasileiro. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), 2021.

SILVA, Rosimeire Barbosa da; COSTA, Alderon Pereira da. Direitos Humanos da População em Situação de Rua? Paradoxos e Aproximações a Uma Vida Digna. Revista Direitos Humanos e Democracia, v. 3, n. 6, p. 117-135, 3 nov.2015. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/4000>>. Acesso em 10 jan 2023.

SILVA, Sergio Gomes da; FRANÇA, Alexandre Nabor. Vidas Precárias: A Performatividade na Constituição das Violências Fóbicas em Gêneros e Sexualidades. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, p. e228547, 2020.

SILVA, T. S.; ROCHA, L. F.; SOUZA SILVA, K. de. Sofrimento Psicossocial das Populações Transexuais e Travestis em Situação de Rua. Revista Gênero e Interdisciplinaridade, 2021. Disponível em: <<https://periodicojs.com.br/index.php/gei/article/view/330>>. Acesso em: 12 nov 2022.

SILVA, Thallis Sousa et al. v. Revista Gênero e Interdisciplinaridade, v. 2, n. 03, 2021.

SIMÕES, Nataly. Violação de direitos de negros cresce 17% e governo esconde dados sobre violência policial. *Alma Preta, Jornalismo Preto e Livre*. 15jun.2020. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/realidade/violacao-de-direitos-de-negros-cresce-17-e-governo-esconde-dados-sobre-violencia-policial>>. Acesso em: 17 jun 2022.

SOARES, Jesilaine Resende Teixeira et al. Violência Comunitária Vivenciada pela População de Travestis e Mulheres Transexuais no Rio de Janeiro: Estudo Transversal. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 4, p. e30310414155-e.30310414155, 2021.

SODRÉ DE SOUZA, Eduardo; HIROMI TANAKA, Luiza. Cuidado em Saúde: Pesquisa-ação com Pessoas Trans em Situação de Rua. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 75, 2022.

SOUSA NETO, JC; BARBOSA, OC. População em Situação de Rua, Expressão da Desigualdade Social. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 133, 2022. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/133>>. Acesso em: 10 out 2022.

SOUZA, Eduardo Sodré de; TANAKA, Luiza Hiromi. Cuidado em Saúde: Cuidado em Saúde: Pesquisa-ação com Pessoas Trans em Situação de Rua. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 75, 2021.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de et al. Itinerários Terapêuticos de Travestis da Região Central do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, v. 19, p. 2277-2286, 2014.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 31, p. 767-776, 2015.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de et al. Violência Pós-morte contra Travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, p. e00141320, 2021.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Cuidado com Saúde: As Travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 24, p. 146-153, 2015.

TEMPOONI, S. R. N.; RIBEIRO, L. P. “Tudo é Violência, Viver é Violência!”: Representações Sociais e Vivências de Mulheres em Situação de Rua. *Revista Psicologia*, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://journals.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/4027>>. Acesso em: 23 abr 2023

TRANSGENDEREUROPE. TGEU. Site institucional. Áustria. 2016. Disponível em:

<<https://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/>>. Acesso em: 12 jan 2023.

VALLECILO, Thais Viana Santos. *Do Itinerário Urbano das Travestis na Lapa à Casa Nem: Reflexões Sobre o Espaço de Resistência e Luta na Sociedade Carioca*. 2017.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl et al. *Direito Penal Brasileiro - Teoria Geral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em Busca das Penas Perdidas: A Perda da Legitimidade do Sistema Penal*. Editora Revan: Rio de Janeiro, 2010.

ZUCCHI, Eliana Miura et al. Bem-estar Psicológico entre Travestis e Mulheres Transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, 2019.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

PERFIL PSICOGRÁFICO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome\pseudônimo: _____

1.2. Idade:

De 18 a 29 anos

De 30 a 39 anos

De 40 a 49 anos

De 50 a 59 anos

60 anos ou mais

1.3. Orientação sexual:

travesti Mulher trans

1.4. Religião:

Sem religião

Católica

Evangélica:

Tradicional

Pentecostal

Espírita

Afro-brasileira

Outra: _____

1.5. Escolaridade

Analfabeta

Primeiro grau incompleto

Primeiro grau completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

1.5.1 Em caso afirmativo ensino superior incompleto ou completo, qual/is?

2. OBJETIVO: CONHECER OS PRINCIPAIS MOTIVOS/VIOLAÇÕES QUE LEVAM UMA MULHER LGBTQIAPN+ A VIVER EM SITUAÇÃO DE RUA

2.1. Principal motivo da situação de rua:

2.2. Tempo de permanência nas ruas:

De 03 a seis meses

Seis meses a 01 ano

01 a 03 anos

Mais de três anos

03 a 05 anos

2.3. Já sofreu algum tipo de violação de direitos?

- Violência física
- Violência sexual
- Preconceito racial
- Lgbtfobia

2.4. Agravo de saúde ou comorbidade:

- Depressão
- IST/HIV
- Problemas neurológicos
- Dependência química
- Pressão alta
- Transtorno psiquiátrico

2.5. Faz uso de drogas?

- Álcool
- Maconha
- Cocaína
- Crack
- Tabaco

EMPREGABILIDADE:

2.6. Modo de sobrevivência nas ruas:

2.6.1. Exerce atividade laborativa: Sim Não

- Panfletagem

Catadora de recicláveis

Prostituição

Faxineira

Outros: _____

2.6.2. Recebe algum benefício socioassistencial: Sim Não

BPC

Bolsa-família

Pensionista

2.6.3. Formação profissional: Sim Não

2.6.4. Já trabalhou de carteira assinada: Sim Não

2.6.5. Gostaria de trabalhar de carteira assinada: Sim Não

HABILIDADES:

2.7. Noções básicas de informática: Sim Não

2.8. Tem acesso à internet: Sim Não

2.9. Gostaria de fazer curso profissionalizante: Sim Não

Qual? _____

2.10. Na sua opinião, mulheres trans concorrem em condições de igualdade às vagas de emprego disponibilizadas?

R: _____

2.11. Na sua opinião, quais são os principais obstáculos para uma mulher trans ingressar no mercado de trabalho?

R: _____

2.12. Quais cursos e qualificações você considera importantes para a inserção de mulheres trans no mercado de trabalho?

R: _____

2.13. Sobre expectativas de inserção no mundo do trabalho: conseguiria superar a situação de rua caso conseguisse o emprego?

R: _____

SOBRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

2.14. Está acolhida em alguma Unidade Municipal de Acolhimento: Sim Não

2.15. Já esteve acolhida anteriormente? Sim Não

2.15.1.. Se sim, qual foi o motivo de saída?

R: _____

2.15.2. Qual foi o tempo em que permaneceu acolhida?

R: _____

2.15.3. Como você avalia a unidade municipal de acolhimento?

R: _____

EM RELAÇÃO AOS DIREITOS LGBTQIAPN+ E OS ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO:

2.16. Você se sente protegida? Sim Não

2.16.1. Em caso afirmativo:

É assegurado o uso do nome social?

Tem um técnico de referência para acompanhamento?

A unidade disponibiliza acesso a cursos sobre empregabilidade?

2.17. Já se sentiu desrespeitada ou discriminada pelos profissionais da unidade? Comente.

R: _____

2.18. Sobre a relevância de espaços de acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+:

Avalia como relevante

Não avalia relevante

2.19. Já esteve acolhido em instituições de acolhimento misto? Sim Não

2.19.1. Como foi a experiência?

R: _____

2.18. Como você avalia as equipes que atendem nas unidades de acolhimento municipal para lidar com o público LGBTQIA+?

Boas Ruins Truculentas Despreparadas

Comente: _____

2.19. Quais os serviços que você gostaria que a unidade de acolhimento disponibilizasse?

R: _____

POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:

2.20. Na sua opinião, o município oferece programas que possibilitem a superação da situação de rua?

R: _____

2.21. Conhece a rede de serviços socioassistenciais que atendem a população em situação

de rua, no Rio de Janeiro?

Sim Não

2.23. Como você avalia os serviços ofertados pela rede socioassistencial?

R: _____

2.24. Quais são as maiores dificuldades no acesso aos programas e serviços? (indique as principais por ordem de demanda)

Localização

Desinformação

Transfobia

Área de risco

Outras. Quais? _____

2.25. Já teve alguma experiência de encaminhamento bem sucedido pela instituição que o acompanha? Sim Não

Comente: _____

2.26. Fale um pouco sobre como é ser mulher trans em situação de rua?

Comente: _____

3. OBJETIVO – ANALISAR O GRAU DE SATISFAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO QUANTO À OFERTA DE PROJETOS PARA ATENDIMENTO A MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE RUA

3.1. Do seu ponto de vista, a inexistência ou a escassez de projetos para pessoas LGBTQI+ nos serviços institucionais implica na sua vida?

Sim Não

Comente: _____

3.2. Na sua percepção, a forma de ver e pensar do assistente social interfere no atendimento?

Sim Não

Comente: _____

3.3. Quais projetos gostaria de ver implementados?

R: _____

3.4. Na sua percepção, a unidade de acolhimento LGBTQI+ é um espaço de proteção?

Sim Não

Comente: _____

3.5. Na sua opinião, deveria haver mais espaços de acolhimento como esses?

Sim Não

Comente: _____

3.6. Na sua percepção, as equipes que atendem na unidade de acolhimento são preparadas para atender pessoas LGBTQI+?

Comente: _____

3.7. Na sua opinião, quais são as ações que devem ser realizadas para superação da situação de rua para pessoas LGBTQI+?

Comente: _____

3.8. Gostaria de acrescentar algo que considere importante:

Comente: _____

APÊNDICE B – TLCE

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

PESQUISA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora Responsável: Evelyn Serra Parente.

Telefone, e-mail e endereço postal completo: (21) 96482-2450, evelynparente@id.uff.br, Rua Dr. Luiz Palmier, 1001, bloco 03, apto 902, Barreto, Niterói/RJ.

Pesquisador(a) Orientador(a): Dra. Nivia Valença Barros

Natureza da pesquisa: o(a) Sr. (Sra.) está sendo convidado(a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada: “**Políticas públicas para mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro**”.

Esta pesquisa pretende identificar os programas e projetos ofertados a mulheres trans em situação de rua no Município do Rio de Janeiro no âmbito da assistência social. Acreditamos que ela seja relevante pelo contexto social de vulnerabilidade social e pela precarização das políticas públicas para pessoas LGBTQIAPN+ no pós-golpe de 2016 e seus agravamentos e no pós-pandemia de Covid-19.

É necessário retomar a trajetória de conquistas sociais para pessoas LGBTQIAPN+ através de políticas sociais, que visem contribuir para a garantia de direitos e cidadania, vislumbrando uma sociedade mais justa e igualitária.

Para a sua realização será feito o seguinte: os dados serão coletados nas fontes escritas que compreendem: legislações, normativas e bibliografias que versem sobre a temática sobre mulheres trans em situação de rua. Também serão realizadas entrevistas semiestruturadas junto a mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Será utilizado um roteiro com perguntas abertas e fechadas. Elas terão uma duração de 30 minutos a 60 minutos e as respostas das perguntas abertas serão gravadas.

Após a sua realização, as entrevistas serão transcritas, e os dados coletados serão categorizados e analisados.

1. Participantes da pesquisa: as participantes serão mulheres trans em situação de rua no município do Rio de Janeiro.

2. Envolvimento na pesquisa: ao participar da pesquisa, a Sra. precisa somente responder a algumas perguntas sobre as motivações que a levaram a ficar em situação de rua e quais são as suas estratégias para a superação desta condição.

A Sra. tem total liberdade de se recusar a participar da pesquisa e pode interromper ou desistir a qualquer momento, sem nenhum problema ou prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa., terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com a pesquisadora responsável, Evelyn Serra Parente, mestranda em política social no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, situado na Rua Passos da Pátria, nº 156 – São Domingos – Niterói – Campus da Praia Vermelha da UFF – Instituto de Física (torre nova – 3º andar).

3. Confidencialidade e Riscos: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, ou seja, os entrevistados(as) não serão identificados, e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Essas informações ficarão arquivadas no acervo pessoal do pesquisador responsável em local salvo do acesso por terceiros, durante a realização da pesquisa. Ao término, elas serão descartadas de forma segura e responsável.

Não existe a previsão de riscos para a sua participação nessa pesquisa. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme as Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

4. Benefícios: ao participar desta pesquisa o(a) Sr. (Sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo produza informações importantes para a formação e o trabalho profissional das/os assistentes sociais nas

políticas sociais que atendem à população em situação de rua, na perspectiva da garantia do seu acesso aos direitos de cidadania. Além de contribuir para a ampliação do conhecimento e do debate acerca da temática sobre pessoas LGBTQIA+ em situação de rua.

5. Pagamento: o(a) Sr. (Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

6. O pesquisador responsável declara que as exigências que lhe são impostas pelas Resoluções CNS 466/2012 e CNS 510/2016 serão cumpridas.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, se concordar, preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu,

manifesto, de forma livre e esclarecida, meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi uma versão original deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) Voluntário da Pesquisa

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Orientador